Novos Debates

fórum de debates em antropologia

v.1, n.2

Novos Debates

fórum de debates em antropologia

v.1, n.2 – julho 2014

ABA Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

Novos Debates
fórum de debates em antropologia

Volume 1, número 2, julho 2014
Volume 1, issue 2, July 2014

EDITORES GERAIS
EDITORS-IN-CHIEF

Vinicius Kauê Ferreira (UFSC)

Barbara Maisonnave Arisi (UNILA)

EDITORA DESTE NÚMERO
CURRENT ISSUE

Barbara Maisonnave Arisi (UNILA)

EDITORES DE SEÇÃO
SECTION EDITORS

Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA)

Wagner Xavier Camargo (UFSCAR)

DESIGN E PROJETO GRÁFICO
GRAPHIC DESIGNER

Vinicius Kauê Ferreira

IMAGEM DE CAPA
COVER IMAGE

Peter Terrin, *Kayapó 1*, 2014. Acrílico sobre tela.

185 x 185 cm.

Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia / Associação Brasileira de Antropologia. Vol.1, n.2, julho 2014. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2014.

Semestral

ISSN 2358-0097

1. Antropologia – Periódicos. I. Associação Brasileira de Antropologia

---

SOBRE A IMAGEM DE CAPA

Peter Terrin é artista plástico. Nascido na Bélgica, atualmente vive em Puerto Aventuras, no México, onde tem seu atelier e galeria. Após graduar-se como Desinger de Têxteis na Providenciaal Technisch Instituut Kortrijk, viajou extensamente nos últimos 14 anos, tendo trabalhado e vivido em Ibiza/Espanha, na Áustria, na Venezuela, na República Dominicana e no México.

A pintura da senhora Kayapó que ilustra nossa capa integra uma série de 10 obras de retratos que Terrin fez de pessoas desse povo indígena. "Amo a sabedoria e a inocência em seus rostos, as pinturas coloridas que usam e sou tocado pela história que existe por trás de sua luta", escreveu o pintor. Essa coleção Kayapó será exposta durante o próximo outono em Toronto, no Canadá, junto a trabalhos dos fotógrafos Art Wolfe, Martin Schoeller e Crsitina Mittermeier. O autor afirma que doará grande parte dos lucros obtido com a venda dessas obras para ajudar o povo Kayapó.

Para acompanhar o processo da obra que ilustra essa capa de Novos Debates: https://www.youtube.com/watch?v=yeaPdg2yoio#t=48.

Novos Debates
fórum de debates em antropologia

V.1, N.2
julho 2014

8 Editorial

Barbara Arisi

NOVAS PESQUISAS

12 VMDL : Breves considerações sobre rolezinho, narrativas de classe, redes e a cidade

Louise Scoz Pasteur de Faria, Moisés Kopper

19 As situações-limite e seus desdobramentos sobre as vidas das mulheres que lutaram contra a ditadura no Brasil

Lívia de Barros Salgado

26 Homossexualidade indígena no Brasil: desafios de uma pesquisa

Estevão Rafael Fernandes

34 Sobre a possibilidade de se tornar uma “boa família”: afirmações e representações no pleito à adoção movido por gays e lésbicas

Ricardo Andrade Coitinho Filho

40 A homossexualidade na manutenção dos vínculos familiares

Alessandra Caroline Ghiorzi, Flávio Luiz Tarnovski

47 Feira Krahô de Sementes Tradicionais: cosmologia, história e ritual no contexto de um projeto de segurança alimentar

Júlio César Borges

53 Índios, quilombolas, árabes e nordestinos e o sabor amargo do cacau

Eduardo Alfredo Morais Guimarães

FÓRUM

62 O problema

Wagner Xavier Camargo

67 Vai ter Copa no Brasil

Arlei Sander Damo

74 FIFA, ópio do povo

Luiz Henrique de Toledo

81 A Copa e o Brasil

Alexandre Fernandez Vaz

87 Copa do Mundo 2014

José Renato de Campos Araújo

93 Entre o óbvio e o escamoteado

Wagner Xavier Camargo

RESENHAS

105 "Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em Antropologia", de Oscar Calavia Sáez.

Daniel Gordillo Sánchez

112 Sapos e Princesas: prazer e segredo entre praticantes de crossdressing no Brasil, de Anna Paula Vencato

Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego

OPINIÃO

117 O que faz um animal de estimação na antropologia

Jean Segata

EDITORIAL

com alegria, apresentamos o segundo número da novos debates

Novos Debates convida a todas para desfrutar de seu segundo número. Como aprendemos com os povos com os quais trabalhamos, queremos caminhar no fio da navalha entre "tradição"e "inovação" para produzir algo original e criativo que se localize no gume do "limite cortante" da pesquisa de ponta antropológica.

Nessa edição, procuramos iniciar a avaliação com revisores duplos e cegos (doble-blind reviewers) de todos os textos da seção "novas pesquisas". Agradecemos imensamente a colaboração das revisoras. Desse modo, esperamos contribuir para que jovens pesquisadoras melhorem sua capacidade crítica em relação a seus próprios textos e propostas de pesquisa e, desse modo, enriqueçam a produção antropológica da academia no Brasil. Incentivamos também jovens revisoras a participar do diálogo com novas pequisadoras, assim atendendo a uma de nossas metas fundamentais que é, justamente, renovar continuamente a Antropologia brasileira.

Muitas de nossas pareceristas são estudantes de mestrado e doutorado e levaram muito à sério o convite, empenhando-se em colaborar para que as autoras melhorassem seus textos. Somos gratas ao empenho de todas e todos. Os textos que apresentamos devem muito à dedicação de vocês, pareceristas e autoras. Esperamos continuar a cumprir nosso papel de criar um espaço dinâmico de diálogo e debate entre pares, especialmente, estimulando a produção de qualidade de jovens pesquisadoras.

Gostaríamos de agradecer também à dedicação de colegas que editaram as seções. A Fórum, aos cuidados do pós-doutorando Wagner Camargo (UFSCar), provocou um grupo seleto de cientistas sociais a apresentarem suas pesquisas sobre o megaevento realizado esse mês no Brasil: a Copa do Mundo de futebol (masculino, como enfatiza Camargo, pesquisador dedicado à área de gênero e sexualidades, especialmente em sua intersecção com esportes). Desse modo, procuramos expôr o debate super atual sobre a relação entre espetáculo, protestos, mercado e esporte. A vida cotidana e contemporânea é escrutinada e temos a chance de poder acompanhar "ao vivo" e "de camarote" tais discussões e reflexões.

As resenhas foram editadas pelo jovem professor Felipe Fernandes (UFBA). Os últimos livros de Antropologia escritos por Anna Paula Vencato e Oscar Calavia Sáez são apresentados por estudantes que exercitam a fundamental atividade de compreender e explicitar os pontos principais dessas obras. Esperamos, com essa seção, estimular pesquisadoras a elaborarem mais e melhores sínteses. Consideramos que é a partir de resenhas bem escritas que aprende-se a dialogar com outras ideias. Procurar entender e interpretar o que outros escrevem é a base sólida de um diálogo profundo, por isso aproveitamos para estimular a que mais colegas mandem contribuições de resenhas de obras contemporâneas para que a gente siga promovendo as trocas acadêmicas a partir de nossa plataforma virtual.

As seções Opinião e a Novas Pesquisas foram editadas por mim e agradeço a colaboração e os inúmeros emails trocados com autoras e revisoras, aprendi muito com vocês. Por fim, agradeço também a Vinicius Kauê Ferreira que realizou a alimentação do sítio e o trabalho de revisão. Muito obrigada também a Carine Lemos, da ABA, que tramitou e obteve a inscrição de nosso registro próprio no ISSN (na sigla em inglês International Standard Serial Number). Agora, somos oficialmente uma publicação seriada, o que também muito nos honra.

Com alegria, mantemos a missão de criar um novo espaço para novas ideias, um fórum online de publicações. Promovida pela *Associação Brasileira de Antropologia*, a revista é voltada a pesquisadoras em formação e também à participação de professoras.

Pretendemos ser um fórum de divulgação ampla e de reflexão crítica sobre a produção antropológica contemporânea, através de modelos alternativos de contribuições. *Novos Debates* é a criação de um espaço dinâmico de diálogo, circulação de opiniões e embates necessários à formação das novas gerações em antropologia.

Que venham muitas edições futuras e muitas Novos Debates!

Barbara Arisi

Editora de *Novos Debates*

NOVAS PESQUISAS

VMDL[1]

breves considerações sobre rolezinho, narrativas de classe, redes e a cidade

Louise Scoz Pasteur de Faria

Doutoranda em Antropologia Social – Bolsa CNPq

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Moisés Kopper

Doutorando em Antropologia Social – Bolsa CNPq

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

[1] VMDL é a abreviação do termo "rolezeiro" "VaMO DaLe", operado em circunstâncias de rolé, que evoca o entusiasmo, a excitação e as expectativas depositadas sobre seus eventos e festas.

Domingo, 23 de março de 2014. Um evento criado no site de rede social Facebook anunciava, para essa data, o Rolezinho no Shopping Praia de Belas[2]. Localizado entre a região central e sul da cidade de Porto Alegre, é ponto de convergência do constante fluxo de veículos que partem de ambas zonas urbanas e transeuntes que circulam na pista da Usina do Gasômetro, desenhada ao longo de parte do Rio Guaíba, e no Parque Marinha do Brasil que compreende uma área de pouco mais de 70 hectares ao lado do empreendimento. A expectativa era grande. A página indicava cerca de 1,2 mil presenças confirmadas desde o dia 16 de março, quando a proposta havia sido lançada, que se concentrariam nas dependências do shopping a partir da uma hora da tarde sem hora para acabar.

Além do evidente interesse por parte de empresários ligados ao setor, o episódio atraiu a atenção de agentes da mídia e acadêmicos. Ao contrário da imagem massiva que o número de presença confirmadas suscitava, pequenos grupos pulverizados chegavam continuamente ao longo do dia e circulavam animadamente dentro e fora do empreendimento em um exercício de ver e ser visto, tanto que por certos momentos parecia haver mais seguranças do que rolezeiros[3] *curtindo* no shopping.

Uma cena em particular chamou nossa atenção. Um grupo de cinco garotas se reúnem na área de convivência do pavimento térreo, circundada por escadas rolantes, bancos e plantas decorativas, vistas até do último andar. Com câmeras fotográficas e celulares, conversam sobre a fotografia que seria tirada naquele momento. Entre risadas e brincadeiras, logo partem para debaixo da escada rolante cuja face é espelhada tal como as laterais. Elas enxergam seu reflexo e começam a arrumar sua imagem no espelho para produzir a melhor foto possível. Poses feitas, a imagem é capturada.

Não somente as garotas e o shopping estariam amalgamados na composição. A imagem não servia apenas para elas verem a si próprias e para os outros as verem, mas como registro de que aquelas paredes e espelhos também as viram. Observamos cenas semelhantes em diferentes incursões de campo,

[2] https://www.facebook.com/events/1398139017123890/?fref=ts, Acesso em 26 de março de 2014.

[3] Termo pelo qual se passou a referir as pessoas que frequentam os rolés.

conduzidas em eventos publicizados na cidade de Porto Alegre em 2014. Pequenos grupos que se cruzam aqui e ali, se reorganizam em aglomerações maiores, num circuito que transcende a arquitetura planejada dos *shopping centers*.

A temática do rolezinho adquiriu surpreendente ressonância, provocando efeitos em discussões envolvendo setores especializados, leigos e intelectuais. A maneira como parece ecoar muito se assemelha ao jogo de espelhos daquelas cinco garotas: de que modo as imagens produzidas por esses campos colidem, cooperam ou nem ao menos dialogam para produzir esse amplo e, por muitas vezes, escorregadio debate que toca em questões político-econômicas, tecnológicas e teórico conceituais fundamentais do Brasil contemporâneo. Sobretudo, parece questionar nossa própria habilidade de enxergar e refletir. Sobre o que estamos realmente falando quando falamos de rolezinho?

A ótica pela qual sugerimos perceber o fenômeno resiste a quaisquer separações radicais entre eventos e repercussões. A partir da antropologia urbana nosso "objeto" adquire inteligibilidade em uma dupla dimensão que nos faz repensar a cidade a partir de novas dinâmicas que conectam a materialidade do digital à concretude dos lugares, assim como os especialistas e seus projetos de conhecimento à sociedade brasileira na conformação das paisagens urbanas nacionais.

Interessam-nos, nesse exercício reflexivo inicial, os modos pelos quais o rolezinho se converteu tanto em problema como em artigo valioso que merece atenção de diferentes modalidades especializadas e acadêmicas nas disputas por seu legado político, econômico e social. Na emergência de um fenômeno cujas fronteiras não estão sedimentadas eclodem diversas apropriações acionadas em disputas pelo seu entendimento. O que a aproximação de certos campos intelectuais pode indicar a respeito do que está em jogo na construção dessa população-alvo e que relações de poder estão implicadas na difusa noção de "inclusão social" pelo acesso a bens e espaços de consumo?

Desde os primeiros estudos sobre os processos de ocupação de *shopping centers* enquanto espaços de prática de lazer e consumo na contemporaneidade, diversos esforços foram empreendidos na tentativa de compreendê-los a partir das trajetórias múltiplas de seus frequentadores e suas dinâmicas de circulação

(Frugoli Jr, 2008; 2011). Tais predileções metodológicas estavam afinadas com a apropriação das teorias de classe oriundas do contexto sociológico francês (Bourdieu, 2008) e a proposição de modelos analíticos ainda emergentes, que teriam seu apogeu no trabalho de Gilberto Velho no Museu Nacional e José Cantor Magnani na USP com conceitos como "estilos de vida", "manchas", "pedaços".

O rápido processo de deterioração dos usos de espaços tidos como públicos e o deslocamento de práticas de sociabilidade de camadas médias e altas para esses empreendimentos na década de 1980 pautou parte desse debate. Como logo ficou claro, esses locais não eram isentos de processos de massificação. Converteram-se em palcos de dramatização de questões cruciais como nos lembra Frugoli Jr (2008: 234-240) com relação às manifestações de grupos homossexuais e negros na década de 2000.

Nos dias de hoje, os *shopping centers* se colocam como cenário dos rolezinhos. A grande mídia parece situar sua origem em um evento no início de dezembro de 2013, quando milhares de jovens mobilizados através da rede social Facebook se reuniram para ouvir funk ostentação[4] no estacionamento do Shopping Metrô Itaquera, em São Paulo.

Esse evento disjuntivo converteu a categoria em baluarte definitório de uma série de outros acontecimentos em diferentes *shoppings centers* de São Paulo e de outras capitais brasileiras, caracterizados por pequenas aglomerações de jovens oriundos de periferias. Alguns deles, possuidores de milhares de seguidores nessas plataformas digitais, faziam desses encontros uma oportunidade de contato com seus fãs, distribuição de autógrafos e entrega de presentes.

Isso produziu um debate acadêmico sobre os efeitos da inserção desses jovens em redes de consumo construindo dois pólos de tensão: de um lado a ocupação de *shopping centers* como resistência política à exclusão crônica que assolaria populações tradicionalmente à margem do consumo - e, supõe-se, da cidadania. De outro, o processo de reificação do fascínio pelas marcas e de seu

[4] O funk ostentação é um estilo musical que, diferentemente do funk carioca, não fala sobre crime ou drogas, mas sobre mulheres, dinheiro, marcas e bens de consumo. Sem discos lançados, os MCs adquiriram fama com clipes publicados no site YouTube.

poder simbólico.

Essa compreensão parte de alguns pressupostos tácitos. Em primeiro lugar, a ideia de que esses espaços se converteram em dispositivos agregadores de processos culturais, permitindo a coexistência de distintos estilos de vida que transcendem o escopo definitório de seus gestores. Isso implica o reordenamento do valor da noção de "público", modelo que requer um constante *tornar evidente* o consumo como recurso de acesso a essa experiência. Com isso, a própria cidade do ponto de vista de fluxos imobiliários, subjetivos e expressivos tem por efeito acentuar a edificação de muros e empreendimentos privados (Caldeira, 2000) e o recrudescimento da vigilância, higienização, gentrificação e normatização desses espaços (Leite, 2001).

Se invertêssemos a figura imóvel do shopping center, tão definida nessas análises, seríamos tentados a observar o material não mais na concretude física dos objetos, mas no espaço imaginado onde essas relações tomam forma. No caso dos rolezinhos, fica nítido que tal dimensão inclui necessariamente a esfera do virtual digital, muitas vezes mal descrita como malha disforme que resiste à concretude física (Miller, 2013), que alerta para modos de construção socio-técnica da cidade.

Parece-nos que a potência da temática do rolezinho em sua dimensão epistêmica está em congregar uma série de elementos distintos que lhe dão corpo, alguns compreensíveis em contraste com um contexto histórico mais amplo dos fluxos urbanos e outros mais recentes, como os discursos relativos à "nova classe média" brasileira e ao crescimento do mercado consumidor interno, expansão do acesso à tecnologia e às redes telemáticas e a emergência de estéticas locais que animam esses agentes em suas vidas cotidianas, como é o caso do "funk ostentação". Muitas das insuficiências explicativas sobre os efeitos dos rolezinhos, como a sensação de que somos incapazes de entendê-lo por meio de nossas estruturas de pensamento, parece decorrer do modo como categorias prévias operam no campo de debates, sugerindo passagens sutis entre retóricas e *expertises* fragmentadas.

Em poucas palavras, falar sobre rolezinhos significa produzir justificações para questões políticas e intelectuais mais amplas: sobre o que é o Brasil, o que acontece com sua desigualdade e suas pessoas, problemas que

tocam em projetos de conhecimento no Brasil *sobre* o Brasil. E, no trato etnográfico desses rastros, o antropólogo é convidado a dirigir sua atenção para o não dito refletido nessas operações de transubstanciação ideológica.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. 2008. *A Distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.

CALDEIRA, Teresa P. R.. 2000. *Cidade de Muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34.

FRUGOLI JUNIOR, Heitor. 2008. "Sociabilidade e consumo nos shoppings centers de São Paulo: eventos e desafios recentes". In: M.L. Bueno; L.O.L. Camargo (orgs.). *Cultura e Consumo*: estilos de vida na contemporaneidade. São Paulo: Editora Senac.

_____. 2011. "Esboços de uma trajetória: cidade, pesquisa, universidade". *Iluminuras*, 12(28): 18-40.

LEITE, Rogerio Proença. 2001. *Espaço público e política dos lugares:* usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

MILLER, Daniel. 2013. "The Digital and the Human: A prospectus for Digital Anthropology". In: H. Horst e D. Miller (orgs.). *Digital Anthropology*. Berg: New York.

Louise Scoz Pasteur de Faria

Doutoranda em Antropologia Social – Bolsa CNPq
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Currículo Lattes

Moisés Kopper

Doutorando em Antropologia Social – Bolsa CNPq
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Currículo Lattes

AS SITUAÇÕES-LIMITE E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE AS VIDAS DAS MULHERES QUE LUTARAM CONTRA A DITADURA NO BRASIL

Lívia de Barros Salgado

Mestranda em Ciências Sociais
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Bolsista CAPES

Introdução

O período entre 1964 e 1985 foi marcado pela violência estatal e cerceamento da liberdade da população brasileira. O cenário era de opressão e perseguição aos opositores, resultando em centros de torturas clandestinos e da prática de "desaparecimentos forçados". O Ato Institucional nº 5, em 1968, intensificou ainda mais o caráter ditatorial do regime, e o governo passou a ter plenos poderes para cassar mandatos, suspender direitos políticos e o *habeas corpus* em crimes contra a segurança nacional, além de outras medidas. Nesse contexto foi generalizado o uso da tortura e outros desmandos, tudo em nome da "segurança nacional".

Apesar da violência estatal, o período também se caracterizou por importantes focos de resistência. Esse cenário possibilitou uma maior participação feminina nas questões políticas do país. É importante destacar que as mulheres que se envolveram na luta política eram consideradas duplamente desviantes. Além de perseguição sofrida por serem contra a ordem vigente, o apoio à revolução era, para os padrões da época, uma forma de negar a própria condição feminina, ou negar determinado modelo de feminilidade, ligado à vocação da mulher para o lar e para a maternidade (Cordeiro, 2008).

Em função da violência que sofreram, as mulheres tiveram que conviver e se adaptar a diferentes condições de vida. Essa experiência, a qual Gati Pietrocolla (1996) denominou de *viver entre parênteses*, retira o sujeito do seu ambiente, corta suas ligações com seu mundo e afetos originais. A partir de então, surgem novas formas de se perceber. À luz dessa questão, o objetivo desta pesquisa5 é perceber como a entrada na clandestinidade e a tortura afetaram o indivíduo6 e a identidade7 da militante, sobretudo em função da sua

5 O presente trabalho faz parte da pesquisa, ainda em andamento, pelo PPGCS - UFRRJ. O texto apresentando é um recorte da pesquisa, cujo objetivo é apreender como homens e mulheres, que viveram durante a ditadura militar, concebem a violência sofrida. Intenciona-se comparar as narrativas a respeito da violência a fim de perceber em que medida os padrões de gênero conduzem formas de pensar e sentir os eventos.

6 O indivíduo é entendido, no presente trabalho, a partir da perspectiva de Dumont (1992), e, portanto, diz respeito ao indivíduo "elementar", indivisível, tanto no sentido biológico como enquanto sujeito pensante.

7 É preciso considerar que identidade é uma categoria construída, na medida em que esse conceito assumiu diferentes sentidos nas diferentes sociedade, com bases em seus diferentes costumes e mentalidades. A partir do trabalho de Mauss (2003), considero a identidade como uma forma singular, uma individualidade específica, resultado dessa construção. Ela está

condição de gênero. Para tanto, serão analisadas entrevista e depoimentos 8 obtidos por meio de trabalho de campo no *Grupo Tortura Nunca Mais* (GTNM) e na *Comissão Estadual da Verdade* (CEV), ambos do Rio de Janeiro9.

As situações-limites

Tortura

Cecília10 menciona, em seu depoimento, a dificuldade de falar do período em que teve sua vida afetada pelo regime. Segundo a mesma, falar dos três meses em que esteve presa é falar de uma viagem ao inferno, marcada por sentimentos de desamparo, solidão, medo, pânico e desespero. Para ela, o objetivo da tortura não era fazer falar, mas calar através da dor, da humilhação e degradação do indivíduo.

Além disso, Cecília menciona que a tortura destinada à mulher era "violentamente machista", marcada por palavras ofensivas ditas de forma agressiva e violenta, com objetivo de anular a mulher que se encontrava naquela situação. Exemplo disso está presente na fala do então diretor do Dops, que a intimidava aos berros: "Fale, sua puta comunista, com quantos você trepou?". Fica evidente, desse modo, o lugar da mulher subversiva na relação de poder

relacionada à consciência e ao caráter pensante do ser humano. Assim, a identidade é entendida como uma forma fundamental do pensamento e da ação.

8 Embora muitos trabalhos não utilizem o nome verdadeiro dos entrevistados, optei por utilizá-los. Quando entrevistei Victória Grabois, presidente do GTNM-RJ, a mesma autorizou a utilização de seu nome. Destaco que, em razão do lugar ocupado por ela, é necessário que seu nome esteja vinculado a suas falas, pois atribui ainda mais legitimidade ao que é dito. Seu nome, portanto, é dotado do que Bourdieu (2010) chama de capital simbólico. Além disso, no caso de Cecília, Lúcia e Dulce, uma vez que seu depoimentos foram dados em público, também optei por usar seus nomes verdadeiros.

9 O GTNM/RJ foi fundado em 1985 por iniciativa de ex-presos políticos que viveram situações de tortura durante o regime militar e por familiares de mortos e desaparecidos políticos e, desde então, tornou-se uma referência importante no cenário nacional. No que se refere a Comissão da Verdade, existem muitas espalhadas pelo país, tanto a nível nacional como nos demais Estados. Porém, meu enfoque é dado sobre a CEV-Rio, criada em 2012, a partir da Lei nº 6335. A Comissão visa esclarecer as circunstâncias das violações de direitos humanos, elucidar os casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria; além de outras medidas.

10 Cecília Coimbra é vice-presidente e uma das fundadoras do GTNM-RJ. Esteve presa de agosto a novembro, de 1970. Cecília forneceu seu depoimento por escrito às Comissões da Verdade, Estadual e Nacional, e o mesmo foi disponibilizado a mim pelo GTNM.

com o torturador. Colocar-se contra ao sistema de relação de gênero vigente fazia com que a mulher fosse considerada "puta" e, por isso, tinha sua tortura diretamente relacionada ao fato de ser mulher.

Outro aspecto mencionado por Cecília foi o fato de ter sido forçada a assistir seu companheiro ser torturado, o que considerou pior do que a própria tortura que sofreu. Tal situação pode ser compreendida dentro do que Goffman chamou de mortificação do eu. Segundo o autor, nas instituições totais podem "haver ocasiões em que um indivíduo testemunha um ataque físico a alguém com quem tem ligações, e sofre a mortificação permanente de nada ter feito (e os outros saberem que nada fez)" (Goffman, 1996: p. 38). Assim, o indivíduo sofre não só pelo ataque direto, mas também quando vê seus companheiros sendo torturados, sem ter o que fazer diante da situação.

Ao relatar sua experiência, Lúcia11 ressalta que as lembranças são confusas, pois se manifestam em sua memória sem continuidade. Além disso, ela menciona que a descrição da tortura que sofreu jamais seria compatível com o que ocorreu, pois se trata de um "horror indescritível". Em diferentes momentos, afirma que foi a pior coisa que viveu. Desse modo, deixa clara a fragilidade da pessoa diante da tortura, que, segundo ela, era um método de aniquilamento progressivo, que nunca parecia ter fim.

A partir da fala de Lúcia, é possível pensar no que Butler (2010) chama de "vidas precárias". Para a autora, uma vida concreta não pode ser danificada ou perdida sem antes ter sido considerada como vida. Se certas vidas não são qualificadas enquanto tais, não serão consideradas vividas ou perdidas no sentido absoluto da palavra. Entendendo a vida das militantes a partir dessa perspectiva, a existência delas poderia ser desprezada pelo regime e, portanto, passível de todas as práticas de torturas e atrocidades.

Outras questões que contribuíam para o desequilíbrio individual das militantes eram a perda da noção do tempo e a ausência de uma rotina. A esse

11 Lúcia Murat é cineasta e foi presa no Congresso estudantil, em Ibiúna, em outubro de 1968. Seu depoimento encontra-se disponível em http://atarde.uol.com.br/politica/materias/1506981-depoimento-de-lucia-murat-a-comissao-da-verdade-do-rio .

respeito, Dulce12 comenta em seu depoimento que, quando ficou sozinha na cela achava que enlouqueceria. Então, inventou duas atividades para passar o tempo: "eu contava ladrilhos do chão e fazia tranças com as palhas retiradas dos colchões." Segundo Goffman, o tempo perdido na prisão justifica a prática de atividades de distração, capazes de fazer o internado esquecer um pouco da sua situação. Nesse sentido, a criação de atividades "pode ajudar o indivíduo a suportar a tensão psicológica usualmente criada pelos ataques ao eu." (Goffman, 1996: p. 66).

Clandestinidade

Victória13 afirma em entrevista que, apesar de não ter sido presa, viveu uma situação-limite enquanto esteve clandestina. Victória revelou ter entrado na clandestinidade em 1964 e saído somente 1980 após a Lei de Anistia. Logo de início, tirou uma nova documentação, passando a se chamar Tereza. A clandestinidade, de acordo com Elizabeth Ferreira (1996), é uma experiência difícil, principalmente em relação ao peso cultural que o nome do indivíduo tem. Como defendeu Bourdieu (2006), o nome próprio transmite a identidade de seu portador e é uma apresentação oficial dele mesmo. Dessa forma, a interferência no nome é o mesmo que interferir no indivíduo "elementar", proposto por Dumont (1992).

Victória comenta ter vivido uma situação particular em relação às amizades. Ela diz que na clandestinidade não tinha amigas, quem as tinha era a Tereza. Contudo, começou a desenvolver uma amizade muito forte com Ana 14. Quando estava em situação de risco, Victória/Tereza deixava seu filho na casa dela para que tomasse conta, "eu comprometi a vida dela e dos filhos dela, sem ela saber." Depois de algum tempo, começou a dar indícios de que vivia algo muito particular, para que quando Ana soubesse não levasse um choque.

12 Dulce Paldolfi é historiadora e foi presa quando ainda estava na universidade, em agosto de 1970. Depoimento disponível em http://racismoambiental.net.br/2013/05/integra-do-depoimento-da-historiadora-dulce-pandolfi-a-comissao-estadual-da-verdade-do-rio-de-janeiro/

13 Victória Grabois é a atual presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, e esteve clandestina durante quase todo o regime militar. Com a mesma, pude realizar entrevista pessoalmente.

14 Nesse caso, optou-se por utilizar um nome fictício, na medida em que ela foi citada na entrevista de Victória.

Assim que saiu a Anistia, Victória/Tereza precisou tirar uma nova carteira de identidade para voltar a ser Victória. Feito isso, foi contar para Ana sua história. Enquanto Ana dirigia, Victória explicou sua história a ela, que perguntou seu verdadeiro nome. Victória, porém, não conseguiu dizer: "eu não conseguia dizer meu nome. Não saia. (...) Aí quando chegou na porta de casa, eu abri minha bolsa, tirei minha carteira de identidade e mostrei pra ela". Tal fato evidencia a dificuldade que Victória tinha de se reconhecer como tal, já que havia passado 16 anos sendo Tereza.

A ditadura fez com que ela tivesse que abrir mão da sua vida. Porém, Victória afirma que faria tudo de novo, pois a militância lhe deu uma história. Dessa forma, sua vida "não foi em vão". A partir do exposto, é possível inferir que sua vida se confunde com a militância. A mesma afirma que a militância a mantém viva: "Eu não posso parar. Enquanto eu puder lutar, né... e vai ser até o dia que eu morrer. Ou vou ficar numa cama se eu não puder sair de casa, mas assim mesmo se eu ainda puder falar e escrever, eu escrevo e falo." Além disso, argumenta como se sua militância fizesse parte de sua "essência", na medida em que afirma "Tá em mim. Eu sou filha de mãe e pai comunista, né?"

Considerações finais

As condições da experiência nas situações-limite não eliminam os arranjos sociais negociados pelas militantes, porém os reproduzem de outra forma em outro nível de realidade, dando novo significado à vida social. Uma nova conjuntura foi apresentada a elas, exigindo adaptação à nova situação. Há uma reorganização de sua relação com o espaço, com o tempo, além de um novo código social.

Ao analisar a condição humana no *viver entre parênteses*, é possível perceber nas entrevistas a forma como suas identidades foram reconfiguradas pela ditadura. Na medida em que a tortura violava seus corpos femininos, dava a elas a condição de objeto e interferia em sua capacidade de sobrevivência, essas mulheres tinham a sua condição de indivíduo autônomo afetada pelo regime. Do mesmo modo, a clandestinidade também colocava as militantes em uma nova situação, na medida em que elas construíam para si novas formas de existir, uma nova identidade, e precisavam aprender a lidar com um novo "eu".

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. 2006. "A ilusão biográfica". In: Janaína Amado; Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

_____. 2010. "A representação política: elementos para uma teoria do campo político". In: *O poder simbólico*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUTLER, Judith. 2010. *Marcos de guerra*: lãs vidas lloradas. Buenos Aires: Paidós, 2010.

CORDEIRO, Janaina Martins. 2008. "A nação que se salvou a si mesma". Entre memória e história, a Campanha da Mulher pela democracia (1962 - 1974). Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense.

DUMONT, Louis. 1992. *Homo Hierarchicus*: O sistema das castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. 1996. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

GATI PIETROCOLLA, Luci. 1996. "Anos 60/70: do sonho revolucionário ao amargo retorno". *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 8(2): 119-145, outubro.

GOFFMAN, Erving. 1996. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

MAUSS, Marcel. 2003. "Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de 'eu'". In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

Lívia de Barros Salgado

Mestranda em Ciências Sociais
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Bolsista CAPES
Currículo Lattes

HOMOSSEXUALIDADE INDÍGENA NO BRASIL

desafios de uma pesquisa

Estevão Rafael Fernandes

Professor da Universidade Federal de Rondônia
Doutorando em Estudos Comparados sobre as Américas
Universidade de Brasília

Ilustração de Theodor de Bry (1528-1598)

Este texto busca levantar alguns dos questionamentos que tenho elaborado desde que escolhi como tema de pesquisa o ativismo homossexual indígena no Brasil a partir de uma perspectiva comparada com os Estados Unidos. Na verdade, tratam estas reflexões justamente do que eu *não* tenho encontrado na literatura e como, a partir disso, minhas preocupações analíticas vêm tomando corpo.

Ao longo da pesquisa tenho observado que há, no Brasil, diversas referências a sexualidades indígenas operando fora do modelo heteronormativo desde a colonização. Autores como Mott (2011), por exemplo, trazem inúmeros exemplos de como o "pecado nefando" e a "pederastia" eram algo relativamente comum entre os indígenas: os Tupinambá chamariam de *tibira* aos homens e de *çacoaimbeguira* às mulheres que fossem o que se chamaria hoje de "homossexuais" (adiante problematizarei isso, inclusive o título que dei a este texto); entre os Guaicurus eles seriam chamados *cudinhos*, entre os Mbya, *guaxu*; entre os Krahò, *cunin*; entre os Kadiwéu, *kudina*; entre os Javaé, *hawakyni*; e assim por diante. Vários antropólogos (Wagley, 1977; Clastres, 1995,2003; Lévi-Strauss, 1996; Gregor, 1985; Murphy, 1955; Métraux, 1948; Darcy Ribeiro, 1997; para citarmos apenas alguns) mencionariam, ainda que *en passant* em suas etnografias, práticas que seriam classificadas a primeira vista como "homo" ou "bissexualidade"1.

Ao longo da pesquisa, noto que esse mapeamento de práticas e autores traz uma série de implicações (epistemológicas, políticas, conceituais, etc.) que compensam um esforço de sistematização como o que se pretende este artigo.

Em primeiro lugar, termos como bi, homo, trans, etc., não são unívocos, nem política ou epistemologicamente neutros. Práticas como a masturbação

1 Infelizmente, por uma questão tanto de estratégia de análise quanto de espaço não poderei aqui problematizar ou contextualizar da forma devida – e merecida – as menções que tais autores fazem sobre o tema, mesmo por ser algo ainda em desenvolvimento na confecção da minha tese. Posso adiantar, contudo, que tanto os etnólogos mencionados (incluindo outros, como Baldus, 1937; Couto de Magalhães, 1837; e Rosário, 1839) quanto os cronistas e missionários que abordam o tema (D'Abeville, Gandavo, Léry, Nóbrega, Thevet e Soares de Sousa) não problematizam a questão nem a inserem no *corpus* cosmológico ameríndio. Além disso – e como exponho a seguir – quase sempre esses autores não fazem maiores distinções em se tratando de terminologia, utilizando-se de "sodomia", "nefando", "homossexualidade", "berdache", etc., como se fossem termos sinônimos ou intercambiáveis, sem maiores problematizações. Se, por um lado, tal imprecisão oferece um problema ao pesquisador no que diz respeito à comparação e à análise, por outro, fornece uma outra possibilidade analítica, por colocar em questão o lugar de enunciação dessas fontes. Contudo, como assinalei, trata-se de um tema complexo cujo espaço e escopo, lamentavelmente, escapam a este texto.

entre cunhados, ou o sexo anal ocasional em caçadas e rituais não podem ser percebidos como práticas homossexuais sem problematizações. Tampouco a simples tradução das práticas percebidas como "sexualmente desviantes" para termos indígenas (como feito acima) dá conta da complexidade analítica que a questão implica. Nesse sentido, e seguindo aqui o que escrevem os ativistas *two-spirit* (ver adiante a explicação sobre tal termo), talvez seja mais produtivo pensar em termos de "queer indígena", uma vez que tal perspectiva deslocaria o foco analítico das práticas, em si, e colocaria em evidência as relações de poder que historicamente moldaram a heterossexualidade compulsória a que os indígenas foram submetidos.

Justifico entretanto o mapeamento dessas condutas pelo interesse em mostrar como tal conjunto de práticas era comum em sociedades indígenas brasileiras, sem que houvessem estigmas sobre essas pessoas por parte de seu grupo. Tem sido bastante comum, ao longo da realização do trabalho de campo – realizado desde 2012 junto a indígenas e órgãos do governo responsável pela gestão da política indigenista no Brasil, além de setores dos movimentos indígenas e homossexuais no Brasil e nos Estados Unidos -; ouvir que casos de homo/bi/transexualidade nas aldeias existem por conta da "perda de cultura" ou da "depravação advinda do contato". Contudo, há várias fontes apontando para um papel espiritual central desempenhado por esses indivíduos em suas aldeias: o que os missionários e colonizadores percebiam como uma depravação era, muitas vezes, percebido como potencial xamânico pelos indígenas.

Assim, a experiência indígena norte-americana é bastante interessante. Lá, como cá, sexualidades fora do modelo predominante foram também perseguidas por portugueses, ingleses, franceses e espanhóis. Diversas denominações foram utilizadas para se referir a esses indígenas, quase sempre com uma forte carga estigmatizante ("berdache", por exemplo, termo de uso corrente até bem recentemente entre antropólogos, tem sua origem em uma expressão árabe, que se refere ao menino submetido a relações de pederastia). Ao longo dos anos 80, quando os indígenas começam a ser infectados com HIV e retornam às suas aldeias para morrer com suas famílias são, em princípio, rechaçados por sua comunidade. De um modo geral, a acusação era de que eles seriam soropositivos por serem "degenerados", uma vez que teriam abandonado suas culturas e se tornado gays, devido ao contato com o não-indígena. Sua

resposta viria como uma crítica ao aparato colonial moldada a partir de uma identidade pan-indígena e amparada por um discurso espiritual.

Em sua própria visão, eles não teriam abandonado suas culturas, ao contrário, seriam parte de uma tradição de diversos povos nativo-americanos de pessoas *two-spirit* - em uma tradução livre, aquele/a com dois espíritos. Assim, eles não seriam "gays", mas pessoas de dois espíritos (de homem e de mulher), estando em transição entre os dois mundos: masculino e feminino, espiritual e terreno, indígena e não-indígena, o que lhes garantiria um papel de destaque em seus povos. Um exemplo disso seria We'wha, indígena Zuni que chegou a encontrar-se com o presidente Grover Cleveland no final do século XIX, passando seis meses em Washington.

Assim, na década de 80 surgem diversas organizações *two-spirit* no Canadá e nos Estados Unidos e, em 1990, após um encontro em Winnipeg, esse/as indígenas passam a rechaçar qualquer outra denominação (como "berdache", por exemplo). Na prática, isso significaria mais que uma simples mudança de denominação: assumir-se como dois espíritos não apenas focava no papel espiritual da pessoa (e não em suas práticas sexuais) como também significa uma crítica ao processo de colonização: parte considerável dos escritos produzidos por autores e ativistas *two-spirit* se assenta na análise e crítica aos processos de colonização que os estigmatizaram.

Além disso, essas lideranças se viam diante do desafio de se consolidar como grupo autônomo e com agenda própria, estando à margem dos movimentos indígena e LGBTIQ2. Cabe notar que o movimento indígena não lhes dava espaço, por serem homo/bi/transexuais; tampouco o movimento LGBTIQ lhes dava voz, por serem indígenas. Mais recentemente, contudo, várias obras de autores e ativistas *two-spirit* vêm sendo publicadas e parte considerável dos estados dos Estados Unidos e Canadá contam já com organizações *two-spirit*.

Nesse sentido, em um primeiro momento, minhas preocupações analíticas partiam da pergunta: "por que nos Estados Unidos e Canadá houve condições para um movimento continental, a partir de um discurso tradicional e

2 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais, Intersexuais e Queer. Vale notar que alguns intelectuais, ativistas e estudiosos cada vez mais vêm incorporando à sigla os 2-spirit, resultando na sigla LGBTIQ2

de uma identidade pan-indígena em torno dessas sexualidades indígenas enquanto que, no Brasil, o fenômeno é enxergado (quando é) como perda cultural?". Dito de forma mais direta: "por que lá sim e aqui não?". Evidentemente que tais pontos de partida funcionaram como pontos de partida e só. Definir o movimento no Brasil pela falta, ou supervalorizar a iniciativa dos indígenas norte-americanos é algo que apenas reforça relações de poder e um modelo de Estado que nada tem a ver com o nosso. Lá, há uma solução que funciona lá, ponto final.

Assim, a pergunta fundamental parece ser: para que desafios essas questões, trazidas aqui, apontam? Penso que elas nos impelem a repensar nossas próprias ferramentas analíticas e conceituais. O que tais processos nos permitem compreender sobre a própria articulação interna aos movimentos indígenas, movimentos LGBTIQ, academia, OnGs e Governo? De que maneiras podemos abordar essas questões sem que limitemos a diversidade de processos aqui descritos – mesmo que resumidamente – em nossa interpretação? Aspas – como chamar esses fenômenos de "homossexualidade", ou "queer indígena" – bastam, ou é necessário repensarmos mesmo os paradigmas que perpassam essas categorias e outras, como "identidade", "ativismo", "movimentos sociais", "poder", "gênero", "sexualidade", "colonização", para citarmos apenas algumas?

Diversos elementos vêm surgindo no trabalho de campo3: quais as implicações, para gestores em saúde, da demanda de um indígena que recentemente entrou com pedido para uma cirurgia de mudança de sexo? Lideranças travestis assumem sua sexualidade em suas relações fora da aldeia mas, dentro do movimento indígena, não tocam no tema. O que tais fatos nos permitem compreender sobre a forma de articulação desses indivíduos com os

3 Agradeço aos pareceristas e editores da *Novos Debates* por me chamarem a atenção para um ponto nos exemplos que se seguem neste parágrafo: de que cada uma das realidades que aponto possui especificidades e dinâmicas próprias e, da forma como os dados são apresentados no texto a sensação que se tem é que tais dinâmicas são suprimidas ou omitidas. Justifico, contudo, minha estratégia de apresentação dos dados por: a) uma questão de espaço, condição inerente a estratégia de se apresentar dados e reflexões em artigos – neste sentido espero dar conta de expô-los mais apropriadamente na apresentação final da pesquisa e em textos em preparação; b) de ética, posto que opto pelo anonimato de indígenas e respectivas etnias para salvaguardar os entrevistados (indígenas, lideranças, servidores de órgãos públicos, representantes de movimentos sociais, etc.); e c) epistemológica, pois me proponho a pensar justamente o processo político implicado nas relações coloniais e de colonialidade (incluindo tutela, políticas de integração, missões, etc.) que levaram a uma heterossexualização indígena. A/ao leitor/a mais interessado/a, inquietações aqui apresentadas devem ser compreendidas como complementares a dois textos (Fernandes 2013 e Fernandes, 2014), onde alguns dados são mais bem trabalhados.

movimentos indígenas e com as organizações não-indígenas? Encontrei também o caso de um grupo indígena que tem seu próprio time de futebol de indígenas homo/bi/trans. Como essa realidade opera em termos de relações de poder dentro da aldeia, uma vez que se trata de um grupo – neste caso específico – vitimizado por preconceitos nas relações cotidianas? Em outro povo, registro grupos de indígenas que, se percebendo como sexualmente diferentes do restante do grupo, criaram padrões próprios de pintura corporal.

Evidentemente que cada um desses casos citados acima possui especificidades e desafios analíticos próprios mas, em termos comparativos, eles nos servem para interpretação antropológica? A busca por tal resposta é, no mínimo, instigante.

Referências Bibliográficas

BALDUS, Herbert. 1937. *Ensaios de etnologia Brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional.

CLASTRES, Pierre. 1995. *Crônica dos Índios Guayaki:* o que sabem os Aché, caçadores nômades do Paraguai. Rio de Janeiro: Ed.34.

_____. 2003. *A sociedade contra o Estado:* pesquisas de Antropologia Política. São Paulo: Cosac & Naify.

D'ABEVILLE, Claude. 1945. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas; em que se trata das singularidades admiráveis e dos costumes estranhos dos índios habitantes do país*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

FERNANDES, Estevão R. "Ativismo homossexual indígena e decolonialidade: da teoria queer às críticas two-spirit". *37º Encontro Anual da ANPOCS, SPG 16 Sexualidade e gênero: espaço, corporalidades e relações de poder*. Águas de Lindoia, SP, de 23 a 27 de setembro de 2013.

_____. "Homossexualidades indígenas e decolonialidade: algumas reflexões a partir das críticas two-spirit". *Tabula Rasa* (Colômbia). 2014. *No prelo*.

GANDAVO, Pero de Magalhães de. 1858. *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

GREGOR, Thomas. 1985. *Anxious pleasures:* the sexual lives of an Amazonia people. Chicago: University of Chicago Press.

LÉRY, Jean de. 1941. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo. Livraria Martins.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1996. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

MAGALHÃES, Couto de. 1876. "Parte II: Origens, costumes e região selvagem". *O Selvagem*. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma.

MÉTRAUX, Alfred. 1948. "Ethnography of the Chaco". In: J. H. Steward (Ed). *Handbook of South American Indians. Vol 1*. The Marginal Tribes. Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology. Bulletin 143. Washington: United States Government Printing Office.

MURPHY, Robert; QUAIN, Buell Quain. 1955. *The Trumaí Indians of Central Brazil*. Seattle & London: University of Washington Press.

MOTT, Luiz. 2011. "A homossexualidade entre os índios do Novo Mundo antes da chegada do homem branco". In: Ivo Brito et al. *Sexualidade e saúde indígenas*. Brasília: Paralelo 15.

NÓBREGA, Manuel da. 1931. *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Rio de Janeiro: officina Industrial Graphica.

RIBEIRO, Darcy. 1997. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras.

ROSÁRIO, José Manuel. 1839. "História dos índios cavalleiros, ou da nação guaycurú, escripta no real presídio de Coimbra por Francisco Rodrigues do Prado – Trasladada de um manuscripto offerecido ao Instituto pelo Socio Correspondente José Manuel do Rosário". *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, Tomo I, n. 1, 1º trimestre.

SOUSA, Gabriel Soares de. 2000. *Tratado descritivo do Brasil em 1587; edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França, acrescentada de alguns comentários por Francisco Adolfo de Varnhagen*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.

THEVET, André. 1944. *Singularidades da França Antarctica:* a que outros chamam de América. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

WAGLEY, Charles. 1977. *Welcome of Tears*. Oxford University Press.

Estevão Rafael Fernandes

Professor da Universidade Federal de Rondônia
Doutorando em Estudos Comparados sobre as Américas
Universidade de Brasília
Curriculo Lattes

SOBRE A POSSIBILIDADE DE SE TORNAR UMA “BOA FAMÍLIA”

afirmações e representações no pleito à adoção movido por gays e lésbicas

Ricardo Andrade Coitinho Filho

Mestre em Ciências Sociais
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Introdução

O presente trabalho aponta como gays e lésbicas, ao pleitearem a adoção, procuram evidenciar, para a equipe técnica da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, que podem fazer um bom exercício da parentalidade. Em seu pleito, estes são identificados como "homoafetivos18". O objeto de análise foram processos e habilitações em adoção movidos no Rio de Janeiro. A questão central era compreender a forma com que gays e lésbicas têm sido tratados quando optam por compor uma família através do projeto filiativo da adoção19.

O pleito movido por "homoafetivos"

A questão da sexualidade passou por distintos processos de regulação social (Foucault, 1988). Ainda hoje, percebe-se mecanismos diversos de regulação e dispositivos de controle sobre a vida familiar. Nos processos analisados, podemos perceber como a questão da homossexualidade e da homoparentalidade ainda é questionada e debatida nos laudos técnicos dos peritos.

Conforme estudo psicossocial:

> O tema central aqui exposto é a possibilidade de adoção por pares homossexuais. Embora não tenha havido qualquer oposição ao pedido da requerente e não tenham sido suscitadas quaisquer impeditivas, não se pode negar que a matéria é objeto de muitas polêmicas e de alta carga de preconceito e discriminação. Por essa razão, sob pena de não fazer jus à função judicante, principalmente em se tratando de competência em área de infância e juventude, entendi ser necessário o enfrentamento do tema, ainda que de forma concisa.

18 Essa categoria procura enfatizar o caráter afetivo que homossexuais podem apresentar em suas relações. Essa estratégia visa modificar as representações sociais a respeito do homossexual. Além disso, reposiciona o indivíduo a uma concepção mais familista dentro do campo do direito no Brasil.

19 Nesse respeito, as considerações de Uziel (2007) serviram como base para a pesquisa.

Assim, constatamos que os pareceres técnicos procuraram se equiparar para além da discussão jurídica. Nesse sentido, constatou-se que alguns dados "são transformados em moralmente relevantes"20 (Rinaldi, 2011: 13).

A homossexualidade frente ao exercício de uma parentalidade normal

Partindo da versão produzida pelos postulantes, os técnicos procuram em suas falas pontos altos que possam colaborar para o deferimento de seu processo em habilitação ou adoção.

A maioria destas falas constituía-se na afirmação da "normalidade" daqueles sujeitos, de modo a comprovarem estarem "aptos" para exercer a parentalidade e constituir famílias. Deste modo, a seleção das falas dos entrevistados durante o estudo psicossocial indicaria se esses postulantes estavam aptos ou não à adoção.

André21, durante a entrevista com a psicóloga do judiciário, procurou destacar que estava motivado a ser pai. Assim, procurou afirmar que sua orientação homossexual não seria um impedimento. Conforme consta nos autos:

> O autor considera-se homossexual. Ele relatou que não tem intenção de ter um relacionamento afetivo e não sente falta. [...] Ele é discreto em relação à sua sexualidade. Em seu trabalho, ele afirma ser casado para não ser importunado. Porém, sua família e amigos sabem e aceitam sua opção.

A atitude de André em ocultar sua homossexualidade perante a sociedade tem sido utilizada como estratégia por gays e lésbicas como forma de não sofrer formas de violência e estigmatização (Pecheny, 2004; Eribon, 2008)22. Assim,

20 Para leitura da análise completa ver Coitinho Filho (2014).

21 Os nomes foram alterados.

22 É o que Goffman (2008) aponta como uma “dupla biografia”, em que este homem gay representa diferentes identidades, de acordo com as circunstâncias – uma para o âmbito público e outra para o privado.

manter uma identidade discreta visa maior “tolerância” em relação à homossexualidade.

O postulante ao realizar tal afirmação de ser “discreto”, procurou positivar sua homossexualidade, como forma de torná-la mais próxima do grau de respeitabilidade e aceitabilidade social (Rubin, s/d).

No caso de Carlos e Henrique, a positivação da homossexualidade foi argumentada em um contexto distinto. Segundo as técnicas, em sua habilitação conjunta: "não observamos nada que possa inviabilizar o pleito. Percebemos que os requerentes levam uma vida ajustada, com comportamento ético e fiel aos seus princípios".

Para indicar que "vida ajustada" era essa, a equipe técnica passou a narrar como o casal baseava seu relacionamento em laços de afeto, mantinha uma vida conjugal estável e poderia oferecer um "ambiente saudável" para a criança.

Aventamos que essa "vida ajustada" propiciada por um "ambiente saudável" se refira a uma conformação ao modelo de conjugalidade e família estabelecida pelas normativas heterossexuais. Pensar na homoparentalidade dentro de uma lógica heteronormativa evoca considerar de que forma o direito à parentalidade pressupõe um ajustamento aos imperativos da heterossexualidade.

Laura e Carolina indicaram que contaram com apoio profissional para o desenvolvimento psíquico das suas filhas já adotadas. Habilitando-se para adotar um terceiro filho, a técnica registrou que:

> Carolina comentou que, por intermédio da Igreja Messiânica, já conseguiram uma vaga para que as meninas tenham acompanhamento psicológico [...] isso devido, tanto às suas histórias de abandono, como em relação ao preconceito que a sociedade nutre em relação aos homossexuais para que elas entendessem sua 'nova' configuração familiar.

Esse fato ao ser utilizado como argumento favorável procurou evidenciar que essas sujeitas estariam aptas para receber a nova criança pleiteada, na medida em que poderiam garantir a também esta um acompanhamento "normalizador". Além disso, o uso da psicologia como ajuda profissional corroborou para uma reificação da homossexualidade como algo distante da normalidade familiar. Tais estratégias parecem indicar um afastamento dos pânicos morais (Miskolci, 2007) associados à criação de crianças por homossexuais.

Em seu processo de habilitação à adoção, André chegou a afirmar que "gostaria que seu filho não fosse homossexual", que "deseja que a criança tenha uma vida 'normal' e que se case e tenha filhos". Dentre as possibilidades interpretativas, aventamos que sua declaração se baseia na ideia de que a normalidade das famílias constituídas por pares do mesmo sexo só serão comprovadas na heterossexualidade dos filhos (Garcia *et al*, 2007). Ou seja, a boa parentalidade "homoafetiva" se evidenciaria pela não homossexualização parental. Tal compreensão corrobora, ainda, para tornar a homossexualidade marginalizada frente aos modelos parentais, como uma espécie de "falha" (Garcia, *idem*).

Dessa forma, podemos perceber como os postulantes procuram indicar formas de "normalidade" ou de possível "normalização" de suas relações para atender aos requisitos da parentalidade heteronormativa (Butler, 2003). A adequação de suas famílias aos modelos hegemônicos, evidenciados pelas características heterossexuais, seria uma forma de confirmar o sucesso de sua paternidade/maternidade, ainda que "'homoafetiva".

Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. 2003. “O parentesco é sempre tido como heterossexual?”. *Cadernos Pagu* (21), pp. 219-260.

COITINHO FILHO, Ricardo Andrade. 2014. *Que ousadia é essa? A adoção “homoafetiva” e seus múltiplos sentidos*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.

ERIBON, Didier. 2008. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

FOUCAULT, Michel. 1988. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal.

GARCIA, Marcos [et al]. 2007. "Não podemos falhar": a busca pela normalidade em famílias monoparentais. In: Miriam Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello. 2007. *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.

GOFFMAN, Erving. 2008. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC.

MISKOLCI, Richard. 2007. *Pânicos morais e controle social*: reflexões sobre o casamento gay. Cadernos Pagu.

PECHENY, Mario. 2004. *Identidades Discretas*. In: Luís Felipe Rios et al. *Homossexualidade*: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA.

RINALDI, Alessandra. 2011. *A arte de lutar contra a natureza*. In: Cynthia Ladvocat; Solange Diuana (orgs.). *Guia de adoção*: no jurídico, no social, no psicológico e na terapia familiar. São Paulo: Roca.

RUBIN, Gayle. (s/d) *Pensando o sexo:* notas para uma teoria radical da política da sexualidade. Disponível em: http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf. Acessado em: 3/5/2012.

UZIEL, Ana Paula. 2007. *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond.

Ricardo Andrade Coitinho Filho

Mestre em Ciências Sociais

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Currículo Lattes

A HOMOSSEXUALIDADE NA MANUTENÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES

Alessandra Caroline Ghiorzi

Graduanda em Ciências Sociais
Universidade Federal do Mato Grosso

Flávio Luiz Tarnovski

Professor do Departamento de Antropologia
Universidade Federal do Mato Grosso

Créditos: Luciano Lobão

Expressar o desejo por uma pessoa do mesmo sexo, vivendo em uma sociedade heteronormativa (Butler, 2003), é um desafio que confronta parte das pessoas nos dias atuais. Entre outras dificuldades, muitos sujeitos enfrentam o processo de se "revelar" perante a família de origem, o que pode se apresentar de forma dramática, devido aos significados negativos associados à homossexualidade.

A partir do referencial teórico construtivista[1], o presente trabalho objetiva descrever as consequências da "revelação" da homossexualidade para os vínculos familiares de mulheres e homens, por meio da análise de dados colhidos em uma pesquisa qualitativa realizada em Cuiabá (MT), entre 2012 e 2013[2]. Foram entrevistadas onze pessoas: cinco mulheres e seis homens, de 19 a 44 anos, pertencentes a diferentes segmentos sociais.

Quadro de informantes[3]

Nome	Idade	Escolaridade	Profissão	Grupo doméstico
Juliana	22	Graduanda	Estudante	Sozinha
Lucas	21	Graduando	Estudante	Companheiro
Camila	27	Graduada	Liberal	Sozinha
Eduardo	30	Ensino médio	Autônomo	Companheiro
Edmundo	19	Graduando	Estudante	Mãe, pai, irmão, cunhada e sobrinha
Pedro	19	Graduando	Estudante	Mãe, pai, irmãos
Aline	44	Graduada	Assalariada	Companheira e pai
Rafael	27	Graduado	Professor	Sozinho

1 Rubin (1989); Scott (1995); Vance (1995); Foucault (1997).

2 A presente pesquisa foi realizada no âmbito do Plano de Trabalho *Família e homossexualidade: estudo das relações familiares de homens e mulheres que se autodefinem como homossexuais na cidade de Cuiabá*, inserido no Projeto de Pesquisa *Gênero, sexualidade e construção de si: identidades e diferenças,* coordenado pelo Prof. Dr. Flávio Luiz Tarnovski.

3 Os nomes são fictícios, com o objetivo de preservar a identidade das(os) entrevistadas(os).

Catarina	25	Graduada	Saúde	Mãe, pai, irmãos
Luciano	34	Graduado	Professor	Sozinho
Eduarda	41	Graduada	Enfermeira	Sozinha

A "revelação" da homossexualidade nem sempre é fruto de planejamento, ela pode se apresentar como resultado de uma vivência de gênero que a expõe ou no decorrer de sistemáticas situações reveladoras (Tarnovski, 2004; Paiva, 2007; Oliveira, 2013). Contudo, há casos em que a orientação sexual é verbalizada, por meio de um anúncio ou a partir de um flagrante. Nesses casos, a conversa se estabelece como um momento determinante para a relação familiar e a trajetória individual desses sujeitos.

Alguns entrevistados relataram que enfrentaram tentativas de controle por parte dos pais, após a verbalização da homossexualidade, uma fase caracterizada por conflitos: "era um período meio de terror assim, eu diria" (Pedro). No entanto, depois de certo tempo, essas relações se transformaram positivamente, ao que parece, em função da própria situação de crise que esses sujeitos passaram. Em alguns casos, ocorreu uma busca por desenvolver atividades em conjunto, assim como conversas em comum e, com isso, os laços entre pais e filhos se estreitam de um modo que não existia antes4.

Esse momento de verbalização também propicia que os pais exponham suas angústias sobre a homossexualidade e alguns discursos se repetem nos variados casos estudados: os pais acreditam que o(a) filho(a) sempre foi heterossexual; negam que ele(a) possa ser homossexual; que está sendo "influenciado(a)"; culpam-se pela criação do(a) filho(a) homossexual. Diante desses argumentos "construtivistas", os(as) filho(a)s respondem com explicações "essencialistas": "não tem como eu mudar isso, é como você pedir pra um negro virar branco" (Pedro). Apenas Camila disse à mãe que "está"

4 Em nenhum dos casos aqui estudados a filha ou o filho foi expulso(a) de casa após a revelação da homossexualidade. Porém, o "espectro" do rompimento definitivo dos laços familiares é uma constante no discurso dos sujeitos, que contam casos de amigos (ou amigos de amigos) que tiveram que sair de casa após a revelação.

namorando uma garota, sem se atribuir uma identidade fixa que a defina como homossexual5.

Os pais também demonstram receio sobre os possíveis comportamentos dos filhos, como explica Pedro: "ela [mãe] só queria que eu fosse quem eu fosse, mas que eu tivesse [...] certa conduta cabível na sociedade [...] que eu não fosse muito espalhafatoso". Portanto, falar sobre a orientação sexual com a família coloca o filho em situação de se explicar, devido ao estigma carregado na ideia do que é "ser homossexual". Os sujeitos buscam esclarecer aos pais que não correspondem ao estereótipo do homossexual e a "aceitação" se mostra como o desvelamento de que o filho não deixa de ser uma pessoa "normal".

É de se notar que, em alguns casos, os argumentos utilizados pelas filhas e filhos para positivar sua identidade sexual e de gênero são fundamentados na depreciação de outras identidades, como por exemplo, a da travesti ou da "bandeirosa", discurso já identificado por outros pesquisadores (Tarnovski, 2004; Lopes, 2009). Essa comparação com outras categorias sociais no campo da sexualidade e do gênero segue a escala valorativa já descrita por Rubin (1989), em que se hierarquizam práticas sexuais, marginalizando identidades. Com isso, percebemos que a "aceitação" da orientação sexual também envolve uma performance de gênero. E ainda, os pais esperam e cobram que seus filhos "respeitem" (Lopes, 2009) a família, entre outras coisas, não trazendo o namorado em "casa", local que se apresenta como espaço moral, ultrapassando a materialidade da habitação.

Além disso, ser filha ou filho homossexual pode se associar com uma dinâmica familiar específica, já que algumas atividades, vínculos e favores são desempenhados em função da identidade sexual e de gênero exercidas por esses sujeitos. Por exemplo, Edmundo relatou que é o único que ajuda sua mãe na limpeza da casa, atividade que não é realizada nem pelo seu irmão, nem pelo seu pai.

Na situação vivida por Aline, quase todos os parentes do seu núcleo familiar já moraram com ela quando passavam por dificuldades financeiras, físicas ou emocionais. Aline foi quem cuidou de sua mãe quando esta perdeu os

5 Casos similares foram estudados por Heilborn (1996).

movimentos do corpo. É interessante notar que esse papel desempenhado por Aline está relacionado com a "aceitação" de sua orientação sexual: "porque como eu sempre fui muito independente, né, trabalhei muito sempre, aquela coisa toda, então eles me viam meio que como um exemplo assim, então nunca ninguém me encheu o saco com isso aí [orientação sexual]" (Aline). Nesse sentido, também falou Eduarda:

> Sou meio que motorista da minha mãe, eu busco minha mãe, levo minha mãe, faço tudo. Fico tentando agradar, né? Na verdade, a gente fala que a gente procura ser os filhos perfeitos, mas é que a gente fica tentando agradar porque também a gente se sente culpado de não ser como elas querem.

Essa transformação do estigma associado à homossexualidade, por meio do prestígio atribuído a outros papéis desempenhados pelos sujeitos, já foi observada por Peter Fry e Edward MacRae no caso de garotos que foram expulsos de casa após a descoberta de sua orientação sexual e, posteriormente, quando alcançaram prestígio dentro do candomblé, foram "aceitos" pela família. Segundo os autores: "Parece que a ridicularização é, de certa forma, contrabalançada com o prestígio de curador e profeta" (1991: 56).

Por fim, gostaríamos de salientar o caráter inicial e provisório das análises, mas que abordam um tema de pesquisa que vem progressivamente se desenvolvendo no campo das Ciências Sociais (Oliveira, 2013). Percebemos a "rejeição" e a "aceitação" da homossexualidade como processos dinâmicos, que, apesar de amplamente utilizados na descrição dessas relações, não conseguem abarcar todos os aspectos das dinâmicas familiares. Assim, é complexa a coexistência de "aceitação-rejeição" nessas relações, que, para além de desavenças, desentendimentos e diferenças, também podem ser permeadas por afetos, vínculos e afinidades.

Referências

BUTLER, Judith. 2003. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FOUCAULT, Michel. 1997. *História da sexualidade:* a vontade de saber. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. 1991. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Brasiliense.

HEILBORN, Maria L. 1996. "Ser ou estar homossexual". In: R. Parker; R. Barbosa (org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ABIA-IMS-UERJ. pp. 136-145.

LOPES, Moisés. 2009. "Casar e dar-se ao respeito". In: M. L. Heilborn et al (org.). *Sexualidade, reprodução e saúde*. Rio de Janeiro: FGV. pp. 489-508.

OLIVEIRA, Leandro. 2013. *Os Sentidos da Aceitação:* família e orientação sexual no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado, Museu Nacional/UFRJ – Rio de Janeiro.

PAIVA, Antonio. 2007. "Reserva e Invisibilidade". In: M. Grossi et al (org.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond. pp. 23-46.

RUBIN, Gayle. 1989. "Reflexionando sobre el sexo". In: C. VANCE (org.), *Placer y peligro*: explorando la sexualidade feminina. Madrid: Revolución Madrid. pp. 113-190.

SCOTT, Joan. 1995. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*, 20(2): 71-99.

TARNOVSKI, Flávio. 2004. "Pai é tudo igual?: significados da paternidade para homens que se autodefinem como homossexuais". In: A. Piscitelli et al (org.). *Sexualidade e saberes*. Rio de Janeiro: Garamond. pp. 385-414.

VANCE, Carole. 1995. "A Antropologia Redescobre a Sexualidade: um comentário teórico". *PHYSIS Revista de Saúde Coletiva*, 5(1): 7-31.

Alessandra Caroline Ghiorzi

Graduanda em Ciências Sociais
Universidade Federal do Mato Grosso
Currículo Lattes

Flávio Luiz Tarnovski

Professor do Departamento de Antropologia
Universidade Federal do Mato Grosso
Currículo Lattes

FEIRA KRAHÔ DE SEMENTES TRADICIONAIS

cosmologia, história e ritual no contexto de um projeto de segurança alimentar

Júlio César Borges

Doutor em Antropologia Social
Universidade de Brasília
Consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

> *Pra não acabar a história e a festa, tem que estar sempre fazendo, porque vai passando para os outros mais novos aprender a realizar. Para não acabar a festa. Porque essa história, desde não sei quantos mil anos atrás, faz parte dos Krahô. Através dessa festa é que mostramos que somos Me✈hĩ – temos outras cantigas, outra forma de nos organizar. Isso tudo é que chama Me✈hĩ, Krahô. A festa movimenta as músicas, as danças, as crenças. Por isso é que Me✈hĩ tem isso. Porque se não tiver isso, não é Me✈hĩ. Isso que mostra nossa identidade. É tudo isso. É a festa que faz fortalecer, tanto nas músicas [cantos] quanto no esporte [corrida de toras]. Pratica esporte durante as festas: no peso, na velocidade, na voz. Tudo! Então Pahpãm ["nosso pai": Pyt: Sol] fez essas coisas pra nós. Tem nas histórias que as naturezas ensinaram e hoje não ensina mais. Mas não acabou. É isso que é importante saber. A festa é pra fortalecer, ficar mais forte, vivo. Pra sempre. De geração em geração. Porque sem a cultura, sem a língua, sem histórias, nós não somos mais índios Krahô. Sempre ouço: 'Por que índio gosta de festa, de cantar?' Aí digo sempre que é nossa crença. A música conta histórias da natureza. Quando tem festa, aí todo mundo vai estar falando dessa história. E os velhos contam para os mais novos durante aquele período em que vai estar sendo realizada a festa. Por isso é importante preservar, porque, digamos assim, essas coisas mostram a nossa cara.*

O trecho acima reflete o esforço de um eminente professor krahô, Dodanin Piken, em ensinar a este antropólogo algo sobre um aspecto central da vida sociocultural do seu povo. Sua lição é simples e direta: as festas diferenciam os *Me✈hĩ*! Elas lhes foram transmitidas pelas "naturezas" (animais, plantas, insetos) não se sabe há quantos mil anos atrás e desde então são praticadas para fortalecê-los, com as corridas de toras e os cantos. "A festa é pra fortalecer, ficar mais forte, vivo", enfatiza, apontando alguns caminhos (*pry*)

que procurei trilhar, em minha tese de doutorado, rumo a uma interpretação da festa como elemento central da resistência étnica do povo indígena Krahô[1].

O argumento central da tese *Feira Krahô de Sementes Tradicionais: cosmologia, história e ritual no contexto de um projeto de segurança* é que as festas são o espaço-tempo responsável pela manutenção de aspectos centrais da sua visão de mundo, organização social e solidariedade política frente aos desafios impostos pela sociedade nacional[2]. Ocorre aqui o que Coelho de Souza registra como constitutivo dos povos Jê: "[o] processo de diferenciação (recriação contínua da identidade humana) depende de uma constante incorporação de elementos que é preciso ir buscar no 'exterior' – um exterior que se vê sempre redefinido nesse processo de diferenciação" (2002: 230). No caso dos *Me✹hĩ,* defendo que as festas são o espaço-tempo que abre a sociedade para o exterior e, na apropriação da alteridade, assegura sua continuidade frente aos múltiplos coletivos que povoam o *Pjê Cunẽa*, "Nossa Terra".

Como fato social total (Mauss, 1974), a festa permite inúmeras entradas analíticas das quais adentrei pela cosmologia, história, relações interétnicas e sistema ritual com o intuito de demonstrar como a festa mantém vivos seu modo de vida e agencialidade frente ao cerco colonial. Procurei demonstrar que a apropriação ("furto") e domínio do jogo de linguagem dos "projetos" é uma das principais estratégias atualmente utilizadas pelos *Me✹hĩ* para (re)produção de suas festas.

Meu caso etnográfico foi a Festa dos Peixes e das Lontras (*Tep me✹ Têre*), realizada no contexto da VII Feira Krahô de Sementes Tradicionais (*Ampo Hy Per Xà 7º*), no ano de 2007, com patrocínio da Petrobrás Cultural. Realizada bienalmente desde 1997, a feira faz parte de um projeto de segurança alimentar encabeçado pela associação indígena Kapey, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Fundação

1 Os Krahô (*Me✹hĩ*: "Nós, mesmo corpo/carne") falam uma variante da língua Jê, tronco Macro-Jê e são classificados pela etnologia como Timbira Oriental, por se situarem na margem direita do rio Tocantins. Os Krahô têm uma população de cerca de dois mil e quinhentas pessoas espalhadas em vinte e oito aldeias numa reserva no nordeste do estado do Tocantins.

2 Defendida, no dia 28 de fevereiro de 2014, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). O trabalho de campo ocorreu entre os meses de março e dezembro de 2007, com novas imersões em março de 2008, outubro de 2010 e abril de 2012.

Nacional do Índio (FUNAI). Como nas edições anteriores, a feira buscou fomentar a conservação *on farm* da agrobiodiversidade indígena através da troca de sementes[3]. Minha etnografia sugere que o interesse dos Krahô pela troca de cultivares conviveu com a atenção dirigida à festa que eles apre(e)nderam, no tempo mítico, junto aos peixes no fundo de um rio.

Festa é *amj[illegible]kin*. Com este termo, os *Me[illegible]hĩ* recortam atividades sociais que se aproximam daquelas que os antropólogos denominam "ritual". Sabemos que cada sociedade possui termos próprios com os quais nomeiam e recortam "*performances* e festividades que pode-se identificar como exemplos típicos ou focais de eventos 'rituais'" (Tambiah, 1985: 126). O *amj[illegible]kin* que presenciei na Feira de Sementes - como tantas outras entre os Krahô e alhures - tem um aspecto ritual "dado que é também cerimônia, solenidade, ação formalizada, comportando regras de comportamento e expressões performáticas precisas e, no mais das vezes, rigorosas" (Perez, 2012: 25; cf. Van Gennep, 1978). Por esse caminho, chegamos à ordem cultural *me[illegible]hĩ* subjacente à noção de festa: uma sequência de atos que giram em torno das corridas de toras, preparação e consumo de alimentos (em especial o paparuto, bolo cerimonial), troca de presentes, encenação de papéis rituais, danças e cantos das metades cerimoniais. E o *amj[illegible]kin* é mais do que disso. É também abertura aos encontros inesperados que (re)produzem vínculos anti-estruturais – aqueles de caráter existencial, diretos (Turner, 1974). A festa é o espaço-tempo da sociabilidade espontânea que gira em torno dos momentos fugidios levados pela cantoria do pátio, com maracá, e de outros espaços da aldeia. É fruição individual e coletiva da beleza e respiração do Cosmo. O *amj[illegible]kin* é o estado "alegre, feliz" do universo, que requer a atuação protagonista dos *Me[illegible]hĩ* através da festa. "Festa" e "alegria" são sinônimos (Melatti, 1978: 14).

A Feira de Sementes foi indigenizada para manter o movimento do mundo com a alegria e beleza da vida ritual, que coloca os Krahô em conexão com os heróis civilizadores, tal como aquele que conheceu a festa de *Tep mẽ*

3 A conservação *on farm* ocorre com os recursos genéticos em uso (nas roças ou campos cultivados) e decorre dos interesses dos próprios agricultores locais. Assim, "agrobiodiversidade" deve ser entendida como a variedade de plantas importantes para a alimentação e agricultura resultante da interação entre o ambiente, recursos genéticos e práticas culturais integrantes dos sistemas de manejo (FAO 1996: 5).

Têre junto aos peixes no fundo de um rio. A produção das festas, no contexto contemporâneo dos projetos, se presta à afirmação da humanidade dos *Me*[illegible]*hĩ* frente ao concerto de coletivos que anima o universo. Por isso, o *amj*[illegible]*kin* produz (e diferencia) os *Me*[illegible]*hĩ*.

Bibliografia:

COELHO de SOUZA, Marcela. 2002. *O traço e o círculo*: o conceito de parentesco entre os Jê e seus antropólogos. Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ - Rio de Janeiro.

FAO. 1996. *Background Paper 1*: Agricultural biodiversity. Netherlands: Conference on the Multifunctional Character of Agriculture and Land.

MAUSS, Marcel. 1974. "Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". In: *Sociologia e Antropologia*. Vol. 2. São Paulo: EPU, EdUSP.

MELATTI, Julio Cezar. 1978. *Ritos de uma Tribo Timbira*. São Paulo: Ática.

PEREZ, Léa Freitas. 2012. "Festa para além da festa". In: Perez, L. F; Amaral, L.; Mesquita, W (orgs.). *Festa como perspectiva e em perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamond.

TAMBIAH, Stanley. 1985. "A performative approach of ritual". In: *Culture, thought, and social action*. Havard: Havard University Press.

TURNER, Victor. 1974. *Dramas, fields and metaphors*: symbolic action in human society. Ithaca, London: Cornell Unviersity Press.

VAN GENNEP, Arnold. 1978. *Ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes.

Júlio César Borges

Doutor em Antropologia Social
Universidade de Brasília
Consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Currículo Lattes

ÍNDIOS, QUILOMBOLAS, ÁRABES E NORDESTINOS E O SABOR AMARGO DO CACAU

Eduardo Alfredo Morais Guimarães

Professor assistente da Universidade do Estado da Bahia
Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos
Universidade Federal da Bahia
Bolsista FAPESB

Sistema agroflorestal municipio de Ubaitaba. Foto do autor

As ideias aqui desenvolvidas são fruto das primeiras reflexões sobre a Comunidade Quilombola de Empata Viagem, localizada no Município de Marau, Região Sul da Bahia. Como outras comunidades localizadas na região[31], Empata Viagem alcançou notoriedade em decorrência da qualidade da farinha de mandioca produzida artesanalmente e, sobretudo, do domínio das técnicas de plantio do cacau sob a floresta raleada.

Ninho de pássaro sangue de boi - cabruca Ubaitaba. Foto do autor

O Cacau Cabruca e os pioneiros

Não obstante a Revolução Agrícola, alicerçada no modelo agrícola monocultural, desencadeada pela CEPLAC,[32] entre o inicio dos anos 1960 e final

31 Existem em Maraú mais 5 Comunidades Quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares.

32 Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira. Órgão federal de pesquisa e assistência técnica vinculado ao Ministério da Agricultura, criado em 1957.

dos anos 1980, que resultou na elevação da produção nacional de cacau em 310% e o aumento da produtividade de 220 kg/ha, em 1962, para 740 kg/ha33, cerca de 70% das roças cacau da Bahia ainda são sistemas agroflorestais – *Cacau Cabruca*34 – (Araujo et. al., 1998). O cenário de devastação instaurado pela Revolução Verde35 (Setenta & Lobão, 2012) não conseguiu, portanto, obscurecer as potencialidades dos sistemas ancestrais de cultivo, fato que coloca em relevo as dificuldades da agricultura que se intitula moderna que parece não alcançar bem seus objetivos no ambiente de floresta tropical. Aplicam-se aqui reflexões de Boaventura Souza Santos: as cabrucas, fruto de "conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas", resistem em meio a uma disputa "entre as formas de verdade científicas e não-científicas" (2007: 72).

Não obstante a importância das "Cabruca para a sustentabilidade da agricultura, as origens do sistema estão enredadas em um "*Mito Histórico"* que obscurece desigualdades raciais e justifica uma concentração fundiária e de renda (Mahony, 2007: 738), a partir da exclusão de indígenas e escravizados e seus descendentes da "saga do cacau" (Adonias Filho, 1976: 173; Falcón, 1995: 26). Desafiando os alicerces do mito, a hipótese da qual se pretende partir é a de que o sistema está alicerçado em conhecimentos ancestrais de indígenas e africanos, condenados à inexistência diante de uma suposta superioridade posicional da ciência agronômica moderna.

O *Cacau Cabruca* é referência praticamente obrigatória nos estudos realizados no âmbito da ciência agronômica na região. Pesquisadores do IESB - Instituto de Estudos Socioambientais da Bahia,[36] atribuem o seu surgimento aos "grapiúnas (...) que a revelia das recomendações técnicas (...) (plantaram) o cacau à sombra das espécies nativas" (Araújo et al., 1998: 36). Com efeito, a referência explícita aos "grapiúnas", de certa forma, exclui indígenas e africanos escravizados e seus descendentes da "saga do cacau" e isso não é um mero

33 Dados disponíveis no Site da CEPLAC .http://www.CEPLAC.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=1719. Acesso em 02.02.2014;

34 Cacau plantado sob a sombra da floresta raleada

35 Modelo agrícola direcionado ao aumento da produção agrícola alicerçado em melhorias genéticas em sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e monocultivos.

36 Organização não-governamental criada em 1994, com sede no município de Ilhéus.

detalhe que possa ser negligenciado, pois tal noção está no âmago do Mito Histórico: grapiúnas são as pessoas que migraram do Nordeste para o Sul da Bahia no inicio do século XX e colonizaram o interior da Zona Cacaueira (Mahony, 2007; Costa, 2012).

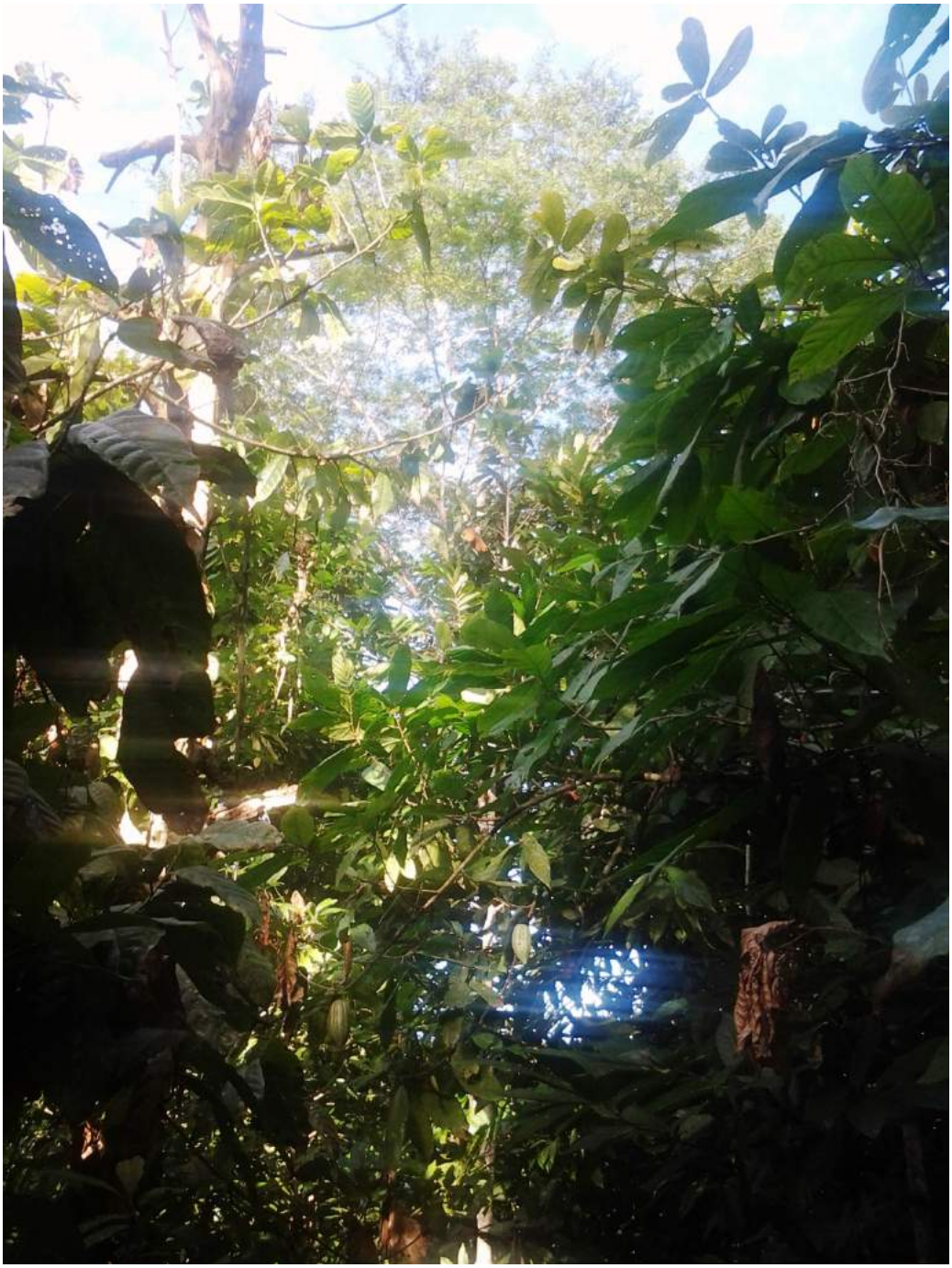
Cacau na cabruca. Foto do autor

Os engenheiros agrônomos Wallace Setenta37 e Dan Erico Lobão38 expõem de forma ainda mais clara os elos que ligam o Cacau Cabruca ao "Mito" ao atribuir aos "pioneiros da cacauicultura" o plantio do cacau em cabrucas abertas na Mata Atlântica, "*transformada em espaço vivido e habitável*" pela *Civilização do Cacau*; um sistema de cultivo **sui generis,** predecessor dos sistemas agroflorestais (Setenta & Lobão, 2012: 39). Nos argumentos, os

37 Presidente do CNPC – Conselho Nacional dos Produtores de Cacau e Presidente do Sindicato Rural de Itabuna.

38 Pesquisador da CEPLAC e professo da UESC.

pesquisadores desconsideram a presença indígena no território ao situar o **cacau** no centro do "processo civilizatório": responsável pela transformação da Floresta em espaço vivido e habitável. Para Setenta e Lobão quando da chegada dos colonizadores portugueses a Mata Atlântica seria uma espécie de *terra nullius,* um território nominalmente inabitado (Balée, 2008) – com "florestas virgens".



Lurdes Rocha, em sua Tese de Doutorado, redimensiona a narrativa acrescentando os agenciamentos de sergipanos que cultivaram o cacau com "persistência, denodo, trabalho árduo, muito suor derramado irrigando o chão" (2006). De acordo com Rocha a grande seca da década de 1890 e a Guerra de Canudos (1896-1897) foram os dois fatores que influenciaram a migração em massa dos sergipanos para a região cacaueira. É importante lembrar que no final do século XIX o cacau já se constituía no principal produto da pauta de exportações da Bahia e que segundo Rosário et. al. (1978: 20), "as plantações feitas naquela época correspondem a grande parte das existentes hoje no Sul da Bahia".

Com efeito, não há como negligenciar os agenciamentos de indígenas, escravizados e seus descendentes na criação e desenvolvimento das cabrucas e deixar de perceber que, mesmo atualmente, com os avanços tecnológicos possibilitados pela ciência agronômica moderna, não é fácil prescindir de conhecimentos ancestrais indígenas e africanos no manejo das roças de cacau. É importante ter em mente que as populações indígenas são portadoras de um histórico de coexistência com a floresta tropical (Munari, 2009: 9), que pequenos agricultores africanos no período pré-colonial manejavam sistemas agroflorestais em África "que para 'não entendidos' pouco se distinguem das florestas originais" (Temudo, 2009: 246) e que de acordo com dados etnoecológicos, é possível afirmar que em África a própria formação de florestas está relacionada à atividade humana - cultivo, plantação e transplante deliberado de árvores, pelas populações locais - que culminou, inclusive, com a formação de florestas onde antes não havia florestas (Balée, 2008: 15).

Bibliografia

ADONIAS FILHO. 1976. *Sul da Bahia:* chão de cacau. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BALÉE, W. 2008. "Sobre a Indigeneidade das Paisagens". *Revista de Arqueologia*, 21(2): 09-23. Disponível em: http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ra/article/viewFile/3003/2524.

FALCON, Gustavo. 1995. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Iananá/ UFBA.

LOBÃO, D. E.; SETENTA, W. C.; VALLE, R. R. 2004. "Sistema agrossilvicultural cacaueiro: modelo de agricultura sustentável". *Revista da Sociedade de Agrosilvicultura*, 1(2): 163-173.

LOBÃO, Dan Érico**.** 2007. *Agroecossistema Cacaueiro Da Bahia: Cacau Cabruca e Fragmentos Florestais na Conservação de Espécies Arbóreas*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista.

MAHONY, Mary Ann. 2007. "Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacaueira da Bahia". *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*, 10(18): 737-793.

MUNARI, Lucia Chamlian. 2010. *Memória Social e Ecologia Histórica:* a Agricultura de Coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.

ROCHA, Lurdes Bertol. 2006. *A região cacaueira da Bahia:* uma abordagem fenomenológica. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Sergipe.

ROSÁRIO et. al. 1978. *Cacau História e Evolução no Brasil e no Mundo*. Ilhéus: CEPLAC.

SANTOS, Marcio Ceo dos. 2010. *A Crise da Região Cacaueira e os Desafios Para o Desenvolvimento Local*. Dissertação de mestrado. Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

SETENTA, Wallace & LOBÃO, Dan Érico. 2012. *Conservação Produtiva*: cacau por mais 250 anos. Itabuna.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. 2007. *Para além do pensamento abissal*: das linhas globais a uma ecologia de saberes. São Paulo. *Novos Estud. – CEBRAP*. 79.

TEMUDO, Marina Padrão. 2009. "A narrativa da degradação ambiental no Sul da Guiné-Bissau: uma desconstrução etnográfica". *Etnográfica*, Lisboa, 13(2): 237-364.

Eduardo Alfredo Morais Guimarães

Professor assistente da Universidade do Estado da Bahia
Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos
Universidade Federal da Bahia
Bolsista FAPESB
Currículo Lattes

FÓRUM

O PROBLEMA

Wagner Xavier Camargo

Pós-doutorando em Antropologia
Universidade Federal de São Carlos
Bolsista FAPESP

> *Se você quer compreender o que é a ciência, você deve olhar, em primeiro lugar, não para as suas teorias ou as suas descobertas, e certamente não para o que seus apologistas dizem sobre ela; você deve ver o que os praticantes da ciência fazem.* (Clifford Geertz, 2011: 4)

A Copa do Mundo de Futebol tem mobilizado emoções de diversas ordens, ocasionado revoltas de indivíduos e grupos, de militantes e ativistas, de ricos, pobres e de uma "classe média alta" (que até fez protesto com camiseta, em campanha publicitária), incitado debates públicos acerca de gastos com as estruturas, gerado debates infinitos sobre desvio de verbas e causado um desconforto generalizado. Nos momentos anteriores à abertura e ao início do torneio internacional em terras brasileiras, não sabemos exatamente o que sentimos, e muito menos o que esperamos de dentro e fora dos gramados.

Numa iniciativa inédita, a *Revista Novos Debates* traz a/aos leitoras/es deste fórum de discussões uma polêmica viva acerca do momento em que vivemos: o que pensar da Copa do Mundo de Futebol (masculino) e quais as implicações de todas as problemáticas que a envolvem na atualidade? Para tanto, alguns cientistas sociais que se debruçam sobre uma sociologia/antropologia práticas esportivas foram convidados a se expressarem e a nos mostrarem como as pensam cientificamente.

Assim, o propósito deste espaço de discussão não é engessar problemáticas ou pré-determinar linhas de argumentação. As temáticas sobre a Copa do Mundo de Futebol (masculino) estavam à disposição e cada um ponderou como quis. Eis o resultado. A seguir, temos belos e críticos textos de cientistas sociais empenhados a entender (mais e melhor) os fenômenos que envolvem este evento e os (então denominados) megaeventos esportivos.

Partindo, desse modo, de todo um emaranhado de questões, o texto de entrada do fórum de discussões é de Arlei Damo, que reitera, à semelhança do que faz um psicólogo frente a um surto psicótico de seu paciente, um dado de realidade visível e inconteste: vai ter Copa no Brasil! Sua afirmação principal é a de que, em que pese a campanha "não vai ter Copa", impulsionada por movimentos sociais e partidos políticos específicos, a competição efetivamente

se realizará. Por isso, segundo o autor, "Copa para quem?" seria um slogan mais instigante para refletir sobre o contexto. Da leitura de suas inquietações, resta-nos indagar se os ativistas, direta ou indiretamente, semearão, de fato, durante a Copa a colheita dos protagonistas das Eleições Gerais de outubro?

A seguir, deparamo-nos com o ensaio sagaz de Luiz Henrique de Toledo. O autor mostra o triunfante retorno do bordão "*futebol, ópio do povo*", agora insinuado dentro do contexto caótico da realização da Copa mundial de futebol e o recoloca justamente no centro dos protestos contra o evento, no sentido de dizer que a FIFA, com suas imposições, controle e designações acerca do imponente "Padrão FIFA", reatualizaria tal pecha para si mesma na atualidade. Além disso, pondera ainda sobre uma provocação de Bruno Latour, pensada a partir de uma exposição de artes, na Alemanha, início dos anos 2000. *Iconoclash* é a instabilidade, o enigma, distante da iconofilia e da iconoclastia, escolhido para "lugares, objetos e situações em que há uma ambiguidade, uma hesitação, (...) quanto a como interpretar a construção da imagem e a destruição da imagem" (Latour, 2008: 123). Para Toledo, o interessante agora é perceber os *iconoclashes* que circundam e envolvem o futebol, produzindo contrapontos ou desestabilizações acerca da iconoclastia em torno do próprio fenômeno (e de sua estrutura).

Por sua vez, Alexandre Vaz brinda-nos com um escrito que traz algumas facetas do futebol enquanto negócio. Há, para ele, uma dimensão mercadológica em torno do esporte que se iniciou nos anos 1970 e já expusera, àquela época, os volumosos ganhos da então FIFA, sob o comando do brasileiro João Havelange. Passados 40 anos, o *business* em torno do fenômeno futebolístico só cresceu: haja vista, segundo o autor, as obras de recuperação ou construção dos 12 estádios e suas estruturas. Como bem salienta Vaz – e de tácita concordância para quem conhece algumas das megaestruturas esportivas em âmbito internacional – tais estádios oferecerão mais do que espaço para uma contenda. São lugares de conforto, de venda e consumo de mercadorias, de visibilização de produtos dos clubes, de construção de verdadeiras experiências, no sentido estrito do termo. Participando ou não de tudo isso, Vaz profetiza que nada, nem ninguém, ficará imune à Copa de Futebol no Brasil.

Em seguida há as ponderações de José Renato Araújo, que arquiteta uma conexão entre as políticas públicas adotadas no país em respeito aos

megaeventos esportivos e a tentativa de compreensão das mesmas por parte de cientistas sociais, que estabelecem pressupostos importantes para desvelar os arranjos responsáveis pelo pagamento das contas em níveis municipal, estadual e federal. Relata-nos, portanto, sobre suas investigações junto aos Tribunais de Contas Estaduais, responsáveis oficiais pelo controle de gastos das unidades da federação, e sobre suas intenções de pesquisa nos Tribunais de Conta da União. Das etapas preliminares, segundo o autor, resulta que os investimentos feitos para a realização da Copa provieram de recursos públicos, fato que realmente alça ao centro do debate tais tribunais de contas e o próprio Estado brasileiro, passando a serem, assim, tópicos investigativos fundamentais.

Um último exercício de escrita deste compêndio crítico, e notadamente desviante das problemáticas em pauta até então postuladas, encontra-se na reflexão de minha autoria que *generifica* a Copa e o futebol. Deixo leitoras/es instigadas/os a lê-la, porém, adianto que tento desvelar pressupostos e prerrogativas tácitas em relação a gêneros, corpos e sexualidades que estão subsumidos a todas essas discussões que dizem respeito ao futebol e a sua Copa Mundial (masculina) em processo de realização no Brasil.

Ao fim e ao cabo, os escritos deste fórum pretenderam abordar o futebol nacional/global e a Copa masculina mundial da FIFA sob distintas perspectivas analíticas (interdisciplinares, inclusive), que, juntas, oferecem um mosaico interessante de ser apreciado. Como de praxe, resta-me apenas desejar-lhes boa leitura!

Referências Bibliográficas

GEERTZ, Clifford. 2011. *A Interpretação das Culturas*. 1 ed [reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC.

LATOUR, Bruno. 2008. "O que é iconoclash? ou, há um mundo além das guerras de imagem?" *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 111-150, jan./jun.

Wagner Xavier Camargo

Pós-doutorando em Antropologia
Universidade Federal de São Carlos
Bolsista FAPESP
Currículo Lattes

VAI TER COPA NO BRASIL

Arlei Sander Damo

Doutor em Antropologia Social

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS

Por uma série de razões, o Brasil seria sede de uma Copa do mundo de futebol mais dia, menos dia. Lula tem sido criticado pela adesão ao projeto da FIFA, mas qualquer outro chefe de Estado que estivesse em seu lugar, naquelas circunstâncias, provavelmente teria feito o mesmo. Por parte da FIFA, havia o desejo de realizar o torneio no continente sul-americano e por razões econômicas, políticas e futebolísticas o Brasil era o país preferido. Nossa economia expandia-se vigorosamente e a crise de 2008 não estava no horizonte – a oficialização da escolha foi em novembro de 2007, mas Lula e Blatter haviam batido o martelo, pelo menos, um ano antes. A diplomacia esforçava-se para tornar o país influente na política internacional. A população era amplamente favorável, como revelaram pesquisas de opinião da época. Relatórios feitos por consultorias prestigiadas no mercado faziam previsões alvissareiras e a grande mídia as divulgava como se fossem confiáveis – uma dessas consultoras, muito bem reputada pelo mercado, chegou a prever, só com os megaeventos, a geração anual de empregos equivalente ao total do que foi efetivamente gerado nos anos de 2011 e 2012 juntos! Como poderia um presidente com pretensões eleitorais recusar a oportunidade oferecida pela FIFA em tais circunstâncias?

Não é novidade que Lula, além de gostar de futebol, é um otimista contumaz, do contrário não teria chegado à presidência. Mas nesse caso, ele foi um pouco longe demais, acreditando no discurso envernizado da FIFA - articulado no tripé: oportunidade, investimento e legado – e numa convergência improvável de iniciativas a fim de preparar o Brasil para uma disputa futebolística em padrões europeus. Para que a Copa se tornasse um sucesso teria sido necessário que a gestão pública – federal, estadual e municipal – fosse articulada e eficiente, tanto na elaboração de projetos quanto no licenciamento, contratação e fiscalização das obras; que a iniciativa privada estivesse disposta a correr riscos, investindo por conta própria ou em parceria com o governo; que os dirigentes de futebol fossem probos e tomassem a iniciativa de organizar o evento, como ocorre em quase todos os países onde se realizam megaeventos; que a imprensa dita burguesa se comportasse em relação à malversação de recursos públicos e obras mal projetadas ou mal executadas como se comporta quando seus parceiros estão no poder – o que não é bem o caso; que o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União e outras agências de

fiscalização deixassem de realizar o elementar que se espera delas; que no Congresso Nacional não houvesse oposição; que todos os movimentos sociais fossem acomodados nos ministérios. Enfim, que o Brasil fosse muito diferente do que é.

Em que pese a campanha "não vai ter Copa", patrocinada por alguns movimentos sociais e coletivos mais arrojados – liderados, basicamente, por anarquistas e por quadros ligados ao PSOL e ao PSTU –, a competição vai se realizar, mas com muitas nuances em relação à festa que a FIFA e seus parceiros comerciais imaginaram. Mesmo que ao longo da competição haja uma mudança radical de atitude, não teremos uma multidão nas ruas dançando abraçada à mascote oficial do evento. A pouco tempo do início dos jogos, não há entusiasmo nas ruas e nas manchetes dos jornais predominam notícias ruins, apesar da mobilização governamental para reverter o quadro. Poucas vitrines exibem a decoração alusiva à Copa e as crianças ainda não estão fantasiadas a caráter, como de costume. A convocação do time que vai representar o Brasil ocorreu no final de maio, sem lobby, contestação ou polêmica, muito diferente do habitual.

Parece que a Copa vai ser em Plutão e o anticlímax se deve, em grande medida, aos protestos que ocorreram em junho de 2013, cujo ápice coincidiu com a Copa das Confederações, evento teste para a competição principal. Na ocasião, protestou-se contra tudo e contra todos, inclusive contra a Copa. "Copa para quem?" foi um slogan bem pensado, que colocou em cheque os interesses da FIFA e a pertinência dos gastos governamentais. O dinheiro disponibilizado para a construção e reforma dos estádios é menos do que 10% do orçamento anual do Ministério da Saúde ou da Educação e terá de ser devolvido ao BNDES nos próximos anos – por empreiteiras ou por governos estaduais. Desta perspectiva, o aporte de recursos públicos não soa tão disparatado – ou não mais do que o usual, pois o BNDES, uma agência pública, empresta altas quantias a grandes empresas privadas. O que deixou a população indignada foi antes uma questão de economia moral, muito bem performatizada em cartazes carregados pelos manifestantes, que exigiam o "padrão FIFA" para escolas e hospitais.

A propósito, o que se passa com a Copa lembra, em muitos aspectos, a comemoração dos "500 anos do 'descobrimento'". Naquela ocasião, o governo programou uma festa, esquecendo-se que a ocupação europeia poderia ter outro significado. Foi um desrespeito absurdo com os povos tradicionais e a festa não poderia senão ter terminado de forma melancólica, com uma comemoração oficial envergonhada e uma manifestação incisiva dos movimentos sociais que se solidarizaram às causas indígenas e quilombolas. Pouco mais de uma década depois desse triste episódio, repetem-se alguns equívocos. Por mais grandioso que seja um evento como a Copa, seu impacto é incomparável à conquista e à dominação europeia iniciada há 500 anos. Mas é muito impopular usar recursos públicos para atender às demandas da FIFA, não só porque esses recursos fazem falta em outras áreas tidas como essenciais pela população, mas também porque as novas arenas não serão acessíveis à população durante a Copa. Menos de 1% dos brasileiros, a maior parte de classe média e alta, verão os jogos nas caríssimas e requintadas arenas. Os outros 99% assistirão pela TV, como sempre o fizeram. O time que representa o Brasil nas copas tornou-se um símbolo laico da nação, entre outros motivos, porque constituído, invariavelmente, por diferentes perfis de classe e de etnia, espelhando uma ideia de nação idealizada. As novas arenas vão exibir um perfil de público elitizado, que escancara um projeto de nação excludente e concretamente realizado.

Os protestos de 2013 tiveram múltiplas pautas e agentes, por isso é difícil produzir uma síntese sobre eles. Qualquer tentativa nesse sentido passa pela constatação de que tiveram ao menos duas fases, embora isso não tenha ocorrido em todas as cidades. Na primeira fase, tinham como pauta principal a mobilidade urbana e se articularam a partir do calendário anual de aumento das passagens. Saíram às ruas, basicamente, estudantes veiculados a partidos de esquerda (com destaque para PSOL e PSTU) e coletivos de diferentes matizes que sequer se reivindicam como movimentos sociais.

De início, os gastos com a organização da Copa no Brasil não tinham maior destaque nos protestos. Mas em São Paulo e no Rio, houve uma protelação no aumento das passagens, de março para junho, e a mobilização contra o reajuste entrou no calendário da Copa das Confederações. O que era para ser um evento festivo, apenas, acabou incorporando elementos

contestatórios. E o que era para ser uma manifestação política, transformou-se em boa medida numa festa, potencializando as reivindicações. Milhares de pessoas saíram às ruas para protestar, muitas delas elegendo uma causa entre muitas que estavam à disposição – transporte público, saúde, educação, corrupção, direitos sexuais e assim por diante.

As ideias anarquistas, renovadas pelo Occupy Wall Street (*on line/off line*) e pelos *whistleblowers (on line)*, exerceram grande influência desde a primeira fase das manifestações, ficando nítida a rejeição às formas hierarquizadas de organização, razão pela qual não houve unificação de pautas e nem a constituição de lideranças para representar as ruas. Os manifestantes adquiriram notoriedade com suas performances, confundiram a polícia com suas andanças irrequietas e fundiram a cuca de muitos intelectuais de plantão que tentaram interpretá-los no registro do convencional.

No ápice das manifestações, os grupos mais à esquerda, responsáveis por levar o descontentamento às ruas, perderam o controle sobre elas. No meio da multidão sobressaiu a performance *black bloc*, mas também se juntara a ela jovens cujos pais ou avós haviam participado da Marcha da Família, em 1964. Em certa medida, todos estavam ansiosos por sair do Facebook – o pessoal que é contra as ações afirmativas, a expansão do ensino público e o Programa Bolsa Família estava um pouco mais, tenho a impressão. Foi uma manifestação intensa enquanto durou, e repleta de paradoxos. Uma parte desses jovens se define como *ativistas* e tentam reinventar utopias na perspectiva de construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Outros querem ser *protagonistas*, fazer a diferença, enfim, deixar uma marca e se dar bem. Ambos defendem a horizontalidade, mas os protagonistas não o fazem por influência anarquista – não leem Proudhon ou Bakunin; nem admiram Julian Assange. Esse pessoal é descolado, porque isso é bacana; são contra o chefe, praticam *coworking* e cultuam Steven Jobs e outros ícones do capitalismo contemporâneo. Sob certo aspecto, são o extremo oposto dos que fazem *black bloc*, mas nas Jornadas de Junho eles marcharam juntos (ou misturados), fazendo crer aos incautos que ativismo e protagonismo fossem sinônimos.

O êxtase de tais jornadas pareceu algo efetivamente ritual, que cessou em pouco mais de uma semana. A performance *black bloc*, que em julho de 2013

deu o tempero apimentado às manifestações, também foi responsável por afugentar muitos manifestantes das ruas. Independente dos resultados práticos das Jornadas de Junho, ficou a indicação de que existem novos movimentos, atores e estratégias compondo a cena política. E o que poucos perceberam, há um país em franco processo de transformação, com velhas e novas contradições sendo afloradas.

A impressão que vem das ruas, às vésperas do início da Copa no Brasil, é que os brasileiros gostariam de estar se preparando para a Copa do Catar, que ocorre em 2018. Quase todos estão mais ou menos fartos de notícias sobre obras em atraso, gastos públicos injustificados, trânsito caótico em função de obras ou de protestos – alguns deles reunindo não mais do que duas dezenas de ativistas. Ninguém mais tem paciência para ouvir falar em legado, tampouco em legado intangível, embora o governo federal tenha retomado esta cantilena que a própria FIFA e o COI inventaram, mas que está fadada à obsolescência e terá de ser substituída por outra estratégia de marketing – fazer a Copa no Catar e na Rússia não deixa de ser uma alternativa, pois lá não haverá, ao que tudo indica, pessoas nas ruas com cartazes "FIFA go home".

Sendo a Copa realizada no Brasil e envolvendo diversas instâncias governamentais, seu sucesso pode influenciar nas eleições. Não será como das outras vezes, em que o time da CBF – um símbolo laico da nação – dramatizava certos dilemas metafísicos da brasilidade, e assim que a Copa era dada por encerrada iniciava-se a discussão política, uma vez que em ano de Copa também temos eleições. Nesta ocasião os dois eventos estão emaranhados. Talvez a performance do time de Felipão não exerça grandes influências, mas a organização do evento pode render alguns pontos percentuais a favor ou contra o governo. A realização da Copa já faz parte da agenda política há pelo menos duas eleições – Lula anunciou o acordo verbal com Blatter às vésperas do primeiro turno da eleição presidencial de 2006. Não há nenhum problema nisso; é antes um bom indício de que, apesar de tudo, vivemos numa democracia. Por conta disso, parece-me mais simpático o slogan "Copa para quem?", que mobilizou os brasileiros para pensar no uso dos bens públicos, do que "Não vai ter Copa!", escolhido para este ano, pois este último sugere um enfrentamento em momento delicado. A esta altura, os ativistas podem,

indiretamente, semear, durante a Copa, a colheita dos protagonistas nas eleições de outubro.

Arlei Sander Damo

Doutor em Antropologia Social

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS

Currículo Lattes

FIFA, ÓPIO DO POVO

Luiz Henrique de Toledo

Doutor em Antropologia Social

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - UFSCar

A FIFA segue impondo, no formato dos megaeventos, o cálculo racional do consumo esportivo ampliado, cujo modelo de futebol alcança tantos as formas de jogar quanto as de torcer (Toledo 2002; 2012a, 2012b). No Brasil, a lei de nº 12.663 de 5 de junho de 2012, mais conhecida como "Lei Geral da Copa", que pesou sobre os ombros dos comitês locais, expressa o tamanho da ingerência que conduziu a organização do megaevento sediado no país.

No mais, não se pode perder de vista um movimento geral que incide sobre as transformações que seguem impondo ao futebol profissional transnacional a busca das maximizações instrumentais, constituindo a Copa boa oportunidade para se notar mais de perto algumas das ações da FIFA, sobretudo as que tensionaram a cultura esportiva e as conjunturas locais. Seria a Copa errada no lugar errado? Não foi a primeira vez que organizações internacionais foram capturadas e ressignificadas em discursos políticos diversos quando penetram o cotidiano das crises no país, cotidiano fomentado pelas mídias. A novidade é que agora foi um esporte que ganhou centralidade, ou se tornou uma espécie de idioma para alcançar críticas de toda ordem, políticas, econômicas e sociais.

Há pelo menos duas décadas esse movimento crescente de deliberações que resguardam a universalidade da prática do futebol profissional pelo mundo (Federação, confederações) impõem transformações severas que atravessam desde a prática dentro dos campos até a fruição fora deles. Em relação à sociabilidade torcedora um marco decisivo foi a tragédia no estádio de Hillsborough, em Sheffield nas semifinais da Copa da Inglaterra, onde morreram 95 torcedores no jogo entre Liverpool e Nottinghan Forest, devido à superlotação. Por décadas, a culpa recaiu incrivelmente sobre torcedores e o consumo de cerveja e, após várias revisões no processo e levante dos parentes das vítimas, não sem resistências, chegaram à organização do evento e à polícia, responsável pela segurança à época.

De lá pra cá se coibiram os dribles "desnecessários", arguiram a vida íntima "desregrada" dos jogadores, censuraram o comportamento "desajustado" e violento dos torcedores, se atemorizaram frente às cidades "incontroláveis" que teimam não disciplinar os espaços urbanos onde se localizam as arenas erguidas para os megaeventos das sucessivas Copas, que cada vez mais são

oferecidas a países (África do Sul, Brasil, Rússia, Qatar) fora do núcleo mandatário do futebol que reside em parte do continente europeu. O "Padrão FIFA", tal como é conhecido o conjunto de medidas disciplinares do fato esportivo, ao se espraiar e rotinizar o futebol transnacional, deve controlar as imagens veiculadas, a escolha e gerenciamento dos signos (mascotes, cartazes, objetos, souvenires de todos os tipos), a comensalidade permitida; daí toda a celeuma gerada desde 2012 em relação ao controle sobre a comida de santo, os acarajés servidos aos torcedores em jogos da Copa em Salvador, na Bahia, e outras como o feijão tropeiro mineiro na sede em Belo Horizonte.

Parto das provocações de Latour (2008) sobre o conceito de *iconoclash*, propriedade retida em alguns fenômenos ambíguos que cumprem funções mediadoras e de deslocamento na guerra entre convicções religiosas, artísticas, ideológicas e científicas, para agregar ou reagrupar aí também o futebol, modalidade entre os esportes que dialoga intensamente com todos esses outros domínios, e que produz aqui e ali seus *iconoclashes*, estimulando controvérsias

que firmam contrapontos ou desestabilizam o movimento iconoclasta de depuração fenomênica, promovido pelos que organizam o futebol profissional contemporâneo.

Ao propor um profissionalismo sem a mediação ou pouco diálogo com muitos "outros", porque ciosa de seus interesses, a FIFA produz iconoclastia ao seu modo em nome de uma tecnocracia a gerir um espetáculo sem arestas. Há décadas, o futebol fora "queimado" pela crítica intelectualista que o definia como sendo instrumento de amortização da crítica, ópio do povo e propulsor da lógica perversa da sociabilidade alienante das massas. O centro de gravidade parece que se deslocou para a FIFA e nada parece escapar-lhe. Os acarajés soteropolitanos servem de exemplo *iconoclash* no momento em que foram colocados numa posição de disputa intensa e "guerra" pelos significados embutidos numa Copa realizada no Brasil, só fazendo aumentar a desconfiança retórica do "Copa para quem?", que animou os movimentos que espocaram aqui e acolá e que se mantêm ativos às vésperas da abertura do megaevento, prometendo antagonizar com o certame durante seu transcorrer.

A blindagem ao megaevento e o resguardo dos interesses da FIFA conviveram até às portas do jogo de abertura com índices de rejeição sem precedentes em se tratando do apego dos brasileiros ao futebol. "Em abril de 2014 pesquisas indicavam 55% de rejeição popular e o sentimento era de que a Copa traria prejuízos ao país" (*Folha de S. Paulo*, 08/04/2014).

Sendo assim, *"Iconoclasmo é quando sabemos o que está acontecendo no ato de quebrar* [em princípio estátuas, ídolos, num gesto de intolerância e fundamentalismo] *e quais são as motivações para o que se apresenta como um claro projeto de destruição; iconoclash, por outro lado, é quando não se sabe, quando se hesita, quando se é perturbado por uma ação para a qual não há maneira de saber, sem uma investigação maior, se é destrutiva ou construtiva"* (Latour 2008:113). Dentro dessa atmosfera é que encontramos a FIFA rivalizando com o próprio futebol e seleções no espaço da "guerra" midiática que se instaura em relação à sua posição de detentora e maior beneficiária do megaevento.

As movimentações contra a Copa em São Paulo, algumas capitaneadas por frações de partidos de esquerda, na esteira de outros coletivos ou

ajuntamentos insurgentes que se atiraram contra os ícones do capitalismo sem risco (a quebradeira de bancos e as barricadas nas ruas são exemplos visuais paradigmáticos dessa "guerra") tentaram posicionar ideologicamente o problema na ordem de uma iconoclastia esportiva pura, sendo a Copa o véu que acobertaria os ilícitos e imorais arranjos que assolam a condução da coisa pública no Brasil. Nesse sentido, estende-se a quebradeira simbólica à FIFA como a grande causadora dos males e ingerência no país. Assim como se escutou, décadas atrás, as ruas bradarem contra o FMI, houve-se agora o "fora FIFA" como bordão que alinhavaria a costura dos vários protestos em curso.

O retorno triunfante do discurso do ópio do povo parece que novamente se insinuou. Mas agora não seria propriamente o futebol o fator difuso de alienação das massas, formulado há tempos, sobretudo pelos setores intelectualizados, mas a própria FIFA, artífice maior do espetáculo futebolístico profissional em conluio com Estados e outros poderes públicos. Mas o "fora FIFA", ao contrário do futebol ópio do povo, horizontalizou os protestos, saiu das universidades e de parte das elites letradas e alcançou a sociedade civil, das manifestações mais individuais aos movimentos mais específicos que amarraram o "fora FIFA" ao estopim de outras demandas e reivindicações pontuais, exemplo pode ser visto nos atos de maio de 2014 do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) pela cidade de São Paulo. A FIFA torna-se um fator que, agregado às manifestações, as amplifica, senão em volume de participantes, ao menos em visibilidade nas mídias.

O curioso é que há tempos alertou-se para esse fato. Uma ruidosa cascata de denúncias sobre improbidades administrativas, falta de clareza na condução dos contratos e quase ausência dos chamados legados aqui e acolá (obras de recuperação urbana, transporte e mobilidade, etc.), permitiram estabelecer a crítica generalizada à Copa, da esquerda à direita, portanto, vinda de muitos lados e alimentadas por inúmeras demandas específicas. Das ruas e nas manifestações pelas redes sociais muito se ouviu que as manifestações não eram contra o futebol, esporte ubíquo por excelência e sedimentado à cultura nacional, mas sim contra a Copa da FIFA e os políticos que permitiram sua viabilidade.

De todo modo, o futebol e suas projeções apareceram como estopins ou

vetores de novos e criativos reajuntamentos pelas cidades, dialogando com várias demandas, religando esferas de produção de imagens e permitindo novas experimentações táticas na apropriação política dos espaços públicos.

E *iconoclashes* à sua maneira, movimentações em torno da Copa ou motivadas por ela fizeram uma multiplicidade de agentes coabitarem espaços urbanos contíguos, ambiguizando os sentidos mais corriqueiros entendidos como demandas políticas (convicções ideológicas, de classe, valores como cidadania, justiça, trabalho, lazer, direito sociais, direito à cidade, etc.). Daqueles francamente contrários ao megaevento esportivo, passando pelos torcedores, quase torcedores, não torcedores, o que se tem observado é a profusão e produção dessas intensas presenças no espaço urbano a despeito das articulações pelas redes, que produzem e conferem uma velocidade sem precedentes aos ajuntamentos. E valores culturais como nacionalismo, identidade brasileira, aderência inconteste ao futebol foram tiradas do sossego antropológico e da inércia representacional para serem recolocados, ou melhor, reagrupados, mais uma vez, no fluxo ininterrupto das sacralizações e dessacralizações que propagaram, mundo afora, alguns dos indícios e, sobretudo, as imagens de que algo se reconfigurou no Brasil.

Referências Bibliográficas

FOLHA DE SÃO PAULO. *Editorial*. 08.04.2014.

LATOUR, Bruno. 2008. "O que é iconoclash? ou, há um mundo além das guerras de imagem?" *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 111-150, jan./jun.

TOLEDO, Luiz Henrique. 2002. *Lógicas no Futebol*, São Paulo: Hucitec & Fapesp.

_____. 2012a. "Políticas da corporalidade: socialidade torcedora entre 1990-2010". In: Toledo, L.H.; Malaia, J.; Buarque de Holanda, B.; Andrade de Melo, V. (orgs.). *A Torcida Brasileira*. Rio de Janeiro: Sete letras.

_____. 2012b. "Ritual sem dono, evento sem nome. Os segredos da transformação da Copa do Mundo em um megaevento". *Coletiva*. Recife: nº 8, abr/mai/jun.

Luiz Henrique de Toledo

Doutor em Antropologia Social

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - UFSCar

Currículo Lattes

A COPA E O BRASIL

política, negócios e a impossível imunidade

Alexandre Fernandez Vaz

Doutor em Ciências Humanas e Sociais

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Estamos todos intoxicados pela presença da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. Não há como ficar imune à tamanha exposição, às intermináveis discussões, ao detalhamento de cada passo das seleções que virão ao Brasil para a disputa, às famílias dos jogadores, à festa "espontânea" de torcedores que se exaltam na frente das câmaras de televisão. Para além do que uma vez Umberto Eco chamou de "falação esportiva" – inesgotável, aprumada por jornalistas à cata de todo tipo de informação para preencher e rapidamente substituir páginas de internet e intermináveis horas de vídeo – a conversa parece encontrar novos rumos que não deixam de ser surpreendentes. Discute-se menos a seleção brasileira, convocada por Luís Felipe Scolari sem grandes polêmicas; debate-se, sim, freneticamente, os gastos, atrasos e improvisos na organização do evento. O Ministro dos Esportes, como guardião do governo e do projeto da Copa, fã do futebol e torcedor ardoroso da Sociedade Esportiva Palmeiras, esmera-se em explicar e justificar; recorre a Nelson Rodrigues, evoca nossa tradição de resolver as coisas na última hora, tenaz na defesa dos investimentos do governo federal e refratário a qualquer tipo de crítica.

Esse deslocamento do debate foi se compondo aos poucos. Em 2007, o Brasil alcançou, com relativa facilidade, o direito a organizar o evento. Festa, júbilo e excitação, tão característicos nossos, junto com a expectativa de que faríamos a melhor de todas as Copas, levaram a um êxtase tremendo que, no entanto, foi sendo minado pelas seguidas críticas que boa parte da imprensa e dos movimentos sociais vem fazendo aos gigantescos gastos e ao atraso nas obras prometidas. Supõe-se que, na antessala do início da competição, menos da metade das obras de infraestrutura prometidas estarão concluídas. O propalado legado da Copa é alvo de desconfiança e constrangimento pela precariedade dos aeroportos, pelos grandes estádios sediados em estados com escassa tradição no futebol – a suposição é de que serão pouco utilizados depois do Mundial – e pelas advertências que vários países têm feito a seus cidadãos a respeito dos perigos que podem enfrentar ao viajarem pelo Brasil durante o evento.

Se o esporte já é um espetáculo desde o século dezenove, o futebol, desde sempre experimentou a curiosidade e o interesse do público e foi se tornando um negócio dos mais rentáveis há mais ou menos quatro décadas. No México,

em 1970, Pelé amarrava suas chuteiras retardando em alguns segundos o início da partida e mostrando, pela primeira vez via satélite, a marca que elas estampavam. Quatro anos depois, compareceu à Alemanha não mais como jogador – que voltaria a ser no ano seguinte, no New York Cosmos – mas como garoto propaganda de uma marca de refrigerantes.

Em 1978, o Mundial foi um grande negócio para os ditadores argentinos, tanto porque a vitória na Copa, a primeira do país, ajudou decisivamente a criar um clima de otimismo e alegria em meio à selvageria perpetrada por militares e seus aliados civis, quanto porque a construção de estádios, que incluiu a importação de aparatos de segurança bastante sofisticados, foi extremamente rendosa para alguns. Em consonância, a FIFA inaugurara uma nova ordem comercial com a gestão do brasileiro João Havelange, multiplicando os ganhos e gerindo produtos e lucros de forma muito eficiente, sustentada por sua expansão política, notadamente em direção à África e suas novas nações de então.

Esta dimensão mercadológica não esteve tão presente na Copa de 1950, a primeira depois de Segunda Guerra Mundial, sediada no Brasil e para a qual o Estádio do Maracanã, grandiloquente projeto de Oscar Niemeyer, marca do desenvolvimentismo brasileiro, foi construído. Em 2014, quando depois de 64 anos, o Brasil volta a sediar um Mundial de Futebol, para a qual foram erigidas ou reformadas doze "arenas", como hoje são chamados os estádios, o evento não é *também* um negócio, mas o é antes de qualquer outra coisa.

Não deixa de ser curioso que houvesse outra oportunidade para que o Brasil sediasse uma Copa. Foi em 1986, em substituição à então claudicante Colômbia, finalmente substituída pelo México depois que a ditadura representada pelo último general-presidente, João Figueiredo, recusou-se a receber o evento. Em editorial da Revista Placar, de 10 de março de 1983, o jornalista Juca Kfouri, opositor do regime, lamentava a decisão do governo brasileiro de não respaldar a iniciativa da CBF, então comandada por Giulite Coutinho, de organizar a Copa três anos depois. Um dos argumentos do diretor de redação da então influente revista era que na década anterior havia sido construídas "dezenas de estádios faraônicos" que finalmente poderiam ter o devido uso.

O que será de nossas caríssimas "arenas" depois do Mundial? Há os que defendam a sua construção como patrimônio do qual cada região poderá usufruir nos próximos anos, junto com as prometidas melhorias da mobilidade urbana e a correspondente movimentação econômica. Outros consideram que as "arenas" serão verdadeiros "elefantes brancos", expressão popular que designa grandes construções, geralmente estatais, cuja serventia acaba sendo nula ou muito pequena, absolutamente desproporcional aos recursos investidos.

O problema das "arenas" talvez precise ser colocado no contexto do processo de constituição cada vez mais radical do futebol em produto de consumo, em detrimento de sua antes ampla base popular e mesmo da possibilidade de ser apreciado como artefato estético, como *obra esportiva*. Não se trata de advogar por um passado idílico quando se jogava "o verdadeiro" futebol brasileiro, prática que já foi, como se sabe, bastante distintiva e aristocrática para só depois se popularizar, democratizando-se, entre outros marcadores históricos, pela profissionalização. A questão é outra, é observar o futebol como patrimônio universal e, em sua radicação, nacional.

Os estádios brasileiros vêm tendo suas estruturas alteradas nos últimos anos, acompanhando o que se observa em grande parte do mundo. São menos lugares para espectadores e maior conforto para eles, com preços igualmente mais elevados para os ingressos e mercadorias associadas aos espetáculos, sejam alimentação e bebidas, sejam produtos licenciados pelos clubes, como as camisetas oficiais dos times, cujo preço é praticamente o mesmo em qualquer parte do mundo. A diminuição da lotação máxima dos estádios, um dos motivos do encarecimento dos ingressos, tem uma de suas justificativas na melhoria da segurança, o que de fato acontece, uma vez que o controle de cada espectador (aumentado ainda pelos programas de sócio torcedor e por outros dispositivos) passa a ser mais preciso, detalhado, disciplinar. O menor número de lugares acabou com as áreas mais populares dos estádios, como a "Geral" do Maracanã e a "Coloninha" e a "Costeirinha", respectivamente dos Estádios Orlando Scarpelli e Aderbal Ramos da Silva, em Florianópolis. Estádios mais limpos e asseados, certamente, mas expressões do segregacionismo que expulsa os mais pobres – vistos frequentemente no imaginário brasileiro como gente perigosa e doente – de lugares que lhes eram, ainda que não adequados, próprios.

Esse é parte do universo que acolhe uma Copa do Mundo no Brasil. Se o futebol no país já há tempos é um grande negócio globalizado, nada mais esperado que a FIFA se estabeleça com suas regras e demandas capazes até mesmo de alterar as leis ou privatizar palavras, em nome da realização de um sonho que parece já não ser, se é que foi um dia, de grande parte dos brasileiros. Nem sempre as pessoas querem grandes eventos nas suas cidades, entendendo que as melhorias prometidas (e que frequentemente permanecem como promessas) deveriam ser materializadas independentemente deles, e que os recursos investidos nas grandes obras de engenharia esportiva poderiam ter melhor destino. As manifestações populares de 2013 e que seguem pipocando reivindicavam "Padrão FIFA" também para a saúde, transporte e educação. Têm razão.

Uma vez definido o país em que se realizaria a Copa de 2014, várias cidades se candidataram como sedes para receber as partidas. Algumas eram dadas como evidentes, como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Outras disputavam, com diferentes recursos, um lugar entre as doze previstas. Coloquei-me, naquela ocasião, em oposição à candidatura de Florianópolis, cidade em que vivo e vou aos estádios das duas equipes profissionais, frequentadoras sazonais das séries A e B do Campeonato Brasileiro de Futebol. Nenhum dos dois, para pouco menos de vinte mil espectadores, costuma ficar lotado. O que faríamos com uma "arena" para mais do que o dobro de espectadores? Por que as obras viárias deveriam orientar-se do pequeno aeroporto até o estádio, cortando a Ilha de Santa Catarina quase em eixo transversal e chegando ao continente, deixando à míngua todo o restante do território? Combinação de belezas naturais pouco comparáveis e péssima infraestrutura, o que inclui uma mobilidade urbana em colapso, Florianópolis precisava e precisa de um plano para a cidade e seus habitantes, como também para seus visitantes, mas não para um evento pontual.

Ninguém fica imune, tampouco impune, ao futebol no Brasil. Mesmo que já haja jovens torcedores sem identificação com equipes nacionais, mas fãs de time da Inglaterra, Espanha, Alemanha ou Itália, conhecidos pelas transmissões televisivas das diversas ligas europeias, e que a seleção brasileira pouco atue no país, a nação se mobiliza e se imobiliza para a Copa. Aulas suspensas, trabalho

adiado, carnaval fora de época: o Brasil em campo, os narradores ufanistas, a ciclotímica confiança e desconfiança sobre as possibilidades da seleção brasileira que durarão enquanto ela estiver na competição. Este é o nosso ritmo. Até a final que, para que seja épica, deve ser contra o selecionado argentino. E se a seleção canarinho perder, em um novo *Maracanazo*? A maioria de nós ficará um pouco triste, mas nada mais do que isso. O futebol não é questão de vida e morte, mas um jogo. E um excelente negócio para os donos de sua realização.

Alexandre Fernandez Vaz

Doutor em Ciências Humanas e Sociais
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Currículo Lattes

COPA DO MUNDO 2014

políticas públicas, ciências sociais e pesquisa científica

José Renato de Campos Araújo

Doutor em Ciências Sociais
Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH)
Universidade de São Paulo (USP)

Depois de completar sete anos de espera em 2014[1], finalmente acontece a Copa do Mundo da FIFA no Brasil. Afinal, o "país do futebol" tem sua grande oportunidade para apresentar ao mundo algumas credenciais para além do campo de jogo. Ser sede deste torneio, no início de século XXI, apresenta-se como algo bem diferente da outra vez em que o Brasil sediou a competição, em 1950. Naquela oportunidade, a FIFA se esforçava para reorganizar seu torneio que fora deixado de lado por força da II Guerra Mundial, durante mais de uma década, uma vez que a terceira edição do torneio tinha ocorrido no longínquo ano de 1938, na França. Este fato tornava a edição de 1950, portanto, algo muito incipiente se compararmos com as dimensões assumidas pelas últimas edições Copa do Mundo da FIFA neste início de século XXI.

Uma das diferenças mais visíveis já aparece no tratamento dado ao evento esportivo pela mídia em geral, e pelo debate público mais amplo, já que vemos até uma expressão começar a ser utilizada – *Megaeventos* – para, justamente, refletir um pouco das hiperdimensões assumidas nos últimos anos pelo torneio. Leva-se em consideração que, no caso brasileiro, em 2009, o Comitê Olímpico Internacional (COI) escolheu a cidade do Rio de Janeiro como sede para as Olimpíadas de 2016, a qual já havia apresentado mais de uma candidatura ao órgão, sendo que em 2009 superou as candidaturas de outras cidades, como Chicago, Madrid e Tóquio. Fato este, sem dúvida, que coloca o Brasil como centro do debate em torno da organização destes grandes eventos esportivos nos últimos anos – e o termo *megaeventos,* portanto, passa a ser utilizado como um conceito que, de certa forma, abarca eventos distintos e com complexidades diferentes[2].

---

[1] A escolha do Brasil como sede ocorreu no dia 30 de outubro de 2007, em evento ocorrido na cidade de Zurique na Suiça, sede da FIFA, com o Brasil enviando uma delegação de peso para a última apresentação de sua candidatura (que era única), a país sede da Copa do Mundo da FIFA 2014. Entre seus membros estava o Presidente da República, o Ministro dos Esportes além de outras personalidades esportivas. Para maiores detalhes, ver notícia publicada no mesmo dia, pelo portal Folha Online intitulada "Fifa oficializa Brasil como sede da Copa do Mundo-2014", disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2007/10/341044-fifa-oficializa-brasil-como-sede-da-copa-do-mundo-2014.shtml.

[2] Outro exemplo de megaeventos é a Expo Universal, ou somente Expo, um evento internacional no qual cidades organizam enormes exposições, apresentando avanços tecnológicos, manifestações culturais e mostras arquitetônicas que ocorrem a cada quinquênio. A última edição aconteceu em Xangai em 2010, sendo a próxima programada para Milão em 2015. A cidade de São Paulo apresentou candidatura para sediar a Expo 2020, num processo de

A organização destes megaeventos, bem como todas as suas implicações, despertam interesse não somente nos meios de comunicação de massa, dada a sua importância e centralidade no debate público brasileiro nos últimos anos. A academia brasileira também volta parte de suas pesquisas para a análise destes fenômenos. Impactos urbanos, gastos públicos, organização desportiva, possíveis legados econômicos entre outros temas, que começam a fazer parte da pauta de uma parte já considerável de pesquisadores das Ciências Sociais, transformando tais eventos esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas) em objeto de pesquisa nas mais diversas áreas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas.

Soma-se a este cenário as já denominadas *Jornadas de Junho*, ocorridas em junho de 2013, nas quais a temática *megaeventos* integrou fortemente tais manifestações, aparecendo em cartazes e nos "discursos" dos manifestantes, que os apontavam como "*mais um fenômeno de desperdício de dinheiro público*", ou como um sinal inequívoco de "*descolamento das realidades das ruas e dos caminhos das instituições políticas brasileiras*". Além do fato de que aquelas manifestações desembocaram, agora em 2014, em novos protestos de menor dimensão e repercussão, os quais sem dúvida chamaram a atenção da mídia e do debate público brasileiro justamente por apontarem para uma oposição radical à realização do torneio da FIFA, que ocorre entre junho e julho de 2014 em 12 cidades brasileiras, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Porto Alegre, Curitiba, Cuiabá, Salvador, Recife, Natal, Fortaleza, Manaus e Brasília.

Essas manifestações, ao se avizinhar o torneio mundial de futebol, passam a utilizar o slogan "*Não Vai Ter Copa*", fato que vem provocando alguns desconfortos em autoridades brasileiras e certa apreensão na opinião pública. Com isso, vemos pulular nos grandes meios de comunicação de massa artigos, entrevistas e matérias que, de certa forma, legitimam tais movimentos que ganham algumas ruas das cidades-sede brasileiras. Assistimos também algumas reações contrárias, que entendem serem descabidas tais manifestações, ao colocarem em risco a imagem do Brasil no exterior. Isso sem falar que tal

escolha ocorrido no início de 2014, mas tal candidatura não obteve êxito sendo superada pela cidade de Dubai.

cenário se desenrola em ano de "Eleições Gerais" no Brasil, que acontecerão ainda em 2014, no segundo semestre.

Este cenário passa a ser um "prato cheio" para a produção científica das Ciências Sociais brasileiras, tanto que, ainda em 2013, o CNPq[3] lançou um edital para financiar atividades de pesquisa em torno dos megaeventos, além de alguns centros de pesquisa em universidades brasileiras, entre as quais aquelas com índices de produção acadêmica com algum destaque no cenário nacional e, até mesmo, mundial – como, por exemplo, a UFRJ e a USP, entre outras universidades e centros de pesquisa.

Dessa forma, gostaríamos de destacar uma série de pesquisas que estão sendo desenvolvidas no Ludens-USP (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Sobre Futebol e Modalidades Lúdicas da Universidade de São Paulo), realizadas dentro de um projeto maior intitulado "*Ação Governamental, Gasto Público e os Megaeventos Esportivos*", que, em linhas mais gerais, pretende monitorar as ações governamentais do Estado brasileiro (nos seus três níveis federativos) em relação aos megaeventos esportivos dos quais o Brasil será sede – Copa do Mundo FIFA 2014 e Olimpíadas 2016, Rio 2016.

Este projeto tem seu horizonte temporal a ser desenvolvido até 2017 (um ano após o término das Olimpíadas de 2016); após o momento inicial de revisão bibliográfica passou a se estruturar em duas frentes de trabalho, que se caracterizam como subprojetos do projeto maior. A primeira frente de trabalho vem levantando dados junto aos Tribunais de Contas Estaduais, responsáveis institucionais pelo controle do gasto público das unidades da federação brasileira, enquanto que a segunda frente vem levantando dados e informações detalhadas sobre a participação da Prefeitura da Cidade de São Paulo na construção da Arena Corinthians, equipamento esportivo que sediará a abertura da Copa do Mundo FIFA 2014 e uma das semifinais deste torneio, sendo sede de seis jogos durante a realização deste evento esportivo.

---

3 Para maiores informações ver Chamada ME/CNPq Nº 091/2013 - Seleção pública de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do Esporte em suas diferentes dimensões. Nesse edital há uma linha exclusivamente voltada para os Megaeventos esportivos.

Há ainda a intenção de formar, ao menos, mais duas frentes de trabalho centrando suas atividades na ação do Tribunal de Contas da União, no controle dos gastos do governo federal brasileiro na infraestrutura necessária para a realização destes eventos esportivos. Além de focalizar o caso de uma Parceria Público-Privada (PPP), entre o governo do Estado de Pernambuco e a construtora Odebrecht, para a viabilização e construção da Arena Pernambuco, equipamento inaugurado em 2013, para a realização da Copa das Confederações, em São Lourenço da Mata, cidade da região metropolitana de Recife.

Até o momento, algumas importantes ações de pesquisa foram realizadas, entre as quais destacamos:

a) contato institucional com todos os Tribunais de Contas Estaduais das unidades da federação que sediarão jogos da Copa do Mundo, bem como os Jogos Olímpicos – SP, RJ, MG, RS, PR, MT, BA, PE, RN, CE, AM e DF. Esse contrato gerou, nestas instituições de controle do Estado Brasileiro, 10 entrevistas, em profundidade, realizadas com a presidência destes Tribunais ou com Conselheiros e/ou Quadros Técnicos (funcionários de carreira) responsáveis diretamente pelo controle dos gastos públicos com a realização da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

b) construção de um banco de dados com todas as notícias veiculadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* desde outubro de 2009 sobre a construção da Arena Corinthians, no bairro de Itaquera, na cidade de São Paulo. A questão norteadora para a seleção das notícias é o relacionamento estabelecido entre a Prefeitura da Cidade de São Paulo e o Sport Club Corinthians Paulista, no sentido de viabilizar financeiramente tal empreitada, visto ser de conhecimento público que o financiamento desta arena desportiva passou, necessariamente, por ações de renúncia fiscal por parte da prefeitura da cidade.

Como podemos ver, tal projeto pretende empreender ações que acompanhem de perto algumas ações do Estado brasileiro como organizador dos megaeventos que se iniciam agora em 2014. É importante destacar que estas pesquisas tentam se aprofundar numa discussão que parece relegada a um segundo plano, e com certeza já começam a entrar na ordem do dia, no contexto

da organização das Olimpíadas Rio 2016. Esta organização já apontava que no Brasil, tais eventos não aconteceriam com centralidade de financiamento público, mas sim através de investimentos privados. E, como era de se esperar, para aqueles que conhecem com alguma profundidade eventos similares organizados em outros países do mundo, vemos hoje que quase todo os investimentos que foram realizadas para a Copa do Mundo 2014 são originários de recursos públicos. Esse fato, sem dúvida, leva a ação dos Tribunais de Contas ao centro do debate sobre a prestação de contas, a eficiência e a eficácia das ações do Estado brasileiro frente à organização dos megaeventos esportivos. Além de ser uma discussão central para os investimentos que ainda serão realizados para a organização da edição brasileira dos Jogos Olímpicos, que acontecerão em 2016, o que portanto faz com que tais questões não devam sair da agenda do debate público brasileiro, ao menos durante os próximos dois anos.

José Renato de Campos Araújo

Doutor em Ciências Sociais
Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH)
Universidade de São Paulo (USP)
Currículo Lattes

ENTRE O ÓBVIO E O ESCAMOTEADO

o futebol (masculino) em tempos de Copa

Wagner Xavier Camargo

Pós-doutorando em Antropologia
Universidade Federal de São Carlos
Bolsista FAPESP

Estamos em plena realização da Copa do Mundo de Futebol – da categoria masculina, frise-se bem! – e ainda há quem preconize o seu não acontecimento. Entre discussões acaloradas, debates públicos ou opiniões críticas (afinal, além de milhares de "técnicos/as de futebol", temos agora "críticos/as da Copa"), comenta-se sobre gastos com estádios, legados posteriores, esquemas de segurança, aumento de preços de hotéis e de mercadorias de consumo, ingressos inexistentes e sobre a (famigerada) política de autobeneficiamento da toda poderosa FIFA. Em que pese tudo isso ser importante e estar em pauta, este texto trata de questões outras, que se encontram escamoteadas, escondidas ou são invisíveis no futebol e na Copa.

O futebol, como esporte nobre/burguês em suas origens e logo tornado popular, encampou valores sociais e morais, disseminados por inúmeras instituições sociais, que se fossilizaram: e estes eram brancos, masculinos e cristãos. Se as práticas esportivas eram realizadas apenas por homens, "naturalizou-se", assim, que o futebol deveria ser masculino e, sobretudo, viril. Os efeitos (catastróficos) desta pressuposição lá do passado se fazem presentes ainda hoje, quando são identificados discursos e práticas corporais distintas das atreladas apenas ao restritivamente "masculino". Daí sempre se depreendeu que corpos futebolísticos, que corriam, suavam e se sujavam nos gramados deveriam ser masculinos, grosseiros, rudes e tais adjetivações se projetavam de volta nas expectativas sociais sobre indivíduos praticantes, de futebol e também de esportes.

Obviamente, o campeonato que agora acontece no Brasil é da categoria masculina (em que pese isso nunca ser frisado em propagandas televisivas). A edificação da Copa enquanto um "espaço reservado masculino" – lembrando da designação de Eric Dunning (1992) em respeito ao esporte – serve à hegemonia da "masculinidade" como modelo a ser seguido, à reprodução do machismo (ideologia que prega a hierarquia entre homens e mulheres) e da heteronormatividade (que toma a heterossexualidade como norma), e ao endosso do patriarcado, enquanto modelo monolítico, um sistema político "*quase místico, invisível, trans-histórico e trans-cultural, cujo propósito seria oprimir as mulheres.*" (Piscitelli 2002: 7). Tudo isso em detrimento de feminilidades e outras masculinidades, ou ainda sob fria desconsideração de

outras expressões ligadas às sexualidades performatizadas no social: mais ou menos femininas, mais ou menos masculinas, mais ou menos trans, mais e menos ao mesmo tempo.

Portanto, é sintomático perceber que na "cultura global do futebol" (as aspas pretendem pôr em suspensão a ideia de homogeneidade do fenômeno em termos "globais") muitos destes valores hegemônicos ligados a corpos futebolísticos masculinos são reproduzidos e reforçados – mesmo por corpos outros que não são ou se pretendem masculinos. E, dentre tais valores, o machismo *incorporado* (se tomarmos as prerrogativas bourdieanas como pressuposto) é institucionalizado: haja vista que o futsal e o futebol "feminino", apenas a título de exemplos, são expressões menores, não valorizadas ou desdenhadas por muitos que tomam o futebol masculino de campo como "a referência" *per se*. Isso no nível de comparação entre "futebóis", sem levar em conta outros esportes.

Como pano de fundo escamoteado está a heteronormatividade e a crítica a ela é relativamente recente, vinda na esteira de uma série de denúncias contra tais espaços masculinos, seja nos esportes em geral ou no universo do futebol em específico. As críticas feministas a partir dos movimentos de liberação sexual dos anos 1960-70 foram as responsáveis pelo redimensionamento do olhar e de práticas sociais que se colocavam cristalizadas, particularmente em sociedades ocidentais. Os ventos de mudança, que reconsideravam corpos, vozes, desejos e espaços femininos (mas também masculinos), igualmente atingiram o mundo dos esportes. Pressupunha-se àquela época (e talvez, de certo modo, até hoje se pressupõe) que "machos" que praticassem esporte tinham que ser heterossexuais, além de masculinos, fortes, viris – além de desempenharem o que Adrienne Rich (1999) chamou de "heterossexualidade compulsória". Isto é, corpos que deveriam ter desejos orientados para o sexo oposto (no caso, para mulheres). A denúncia contra essa (hetero) norma instituída atualmente está cada vez mais pujante. Por todas essas problematizações, o futebol não tem (ainda) como ser diferente na contemporaneidade. Tanto em terras brasileiras, como no resto do mundo, valoriza-se demasiadamente o "futebol masculino" de campo como padrão, protegendo-o como espaço do macho, que, obviamente, deve ser heterossexual.

Voluntário-atleta nos VIII Gay Games, Colônia-2010

Por trás desses valores afirmativos que se pretendem hegemônicos parece haver, em certos âmbitos locais, "resistências". Mesmo no Brasil há reações distintas no tocante às sexualidades de jogadores de futebol. Por exemplo, o goleiro do Palmeira Futebol Clube da Una de Goianinha (RN) declarou-se homossexual e tornou-se ídolo da torcida da pequena cidade que o clube representa (Kneipp, 2010). Entretanto, sabemos que a temática homossexualidade ainda é tabu no futebol e isso tudo ainda é muito pouco no masculinizante universo futebolístico ou esportivo.

Certa vez, em meio a um debate num fórum sobre esportes, alguém indagou sobre ações que poderiam ser realizadas no tocante a todas estas problemáticas, a fim de tornar o futebol um espaço mais acessível e inclusivo. A despeito de ter minhas reservas acerca da "inclusão" e das "receitas que dão certo", resolvi tecer comentários críticos, os quais partilharei neste espaço. Registraria, apenas, que quaisquer que forem as ações a serem desenvolvidas, elas não precisam ser excludentes ou encadeadas por etapas ou em ordem hierárquica. Podem ocorrer paralela ou simultaneamente.

Algo essencial é desconstruir as noções binárias de gênero no âmbito educacional, tanto em aulas convencionais como no espaço da própria Educação Física Escolar. Desde cedo é importante não frisar que há tarefas, brincadeiras ou jogos de meninos e de meninas (aliás, essas são categorias rígidas demais em se tratando da formação do indivíduo). O mundo das orientações sexuais é muito mais diverso do que prescrevem esses dois polos. No futuro , tais rótulos se tornarão perigosos e se condensarão em posturas/condutas estereotipadas e preconceituosas em relação a corpos "desviantes" da norma instituída.

Outra ação efetiva seria uma campanha massiva nos meios de comunicação contra a homofobia, a misoginia (aversão a mulheres) e racismo (desagravo a todos os não brancos). Algo iniciante já se materializou, largamente na Europa, através das campanhas antirracistas (ainda efêmeras no resto do mundo), particularmente no universo dos campeonatos europeus de futebol. Mas não vemos, em geral, ações de amplo espectro sobre maior aceitação das mulheres nos esportes ou de acolhimento do diferente (lembre-se que o corpo da pessoa com deficiências nos esportes é, em geral, aceito com certa resignação e muita pena). É importante que se desenvolvam intervenções sobre outros gêneros, outras corporalidades e outras sexualidades.

Folder da Campanha Alemã contra a Homofobia no Futebol ("Futebol não é só preto e branco")

Os dirigentes esportivos, por sua vez, deveriam estimular uma atmosfera de confiança, respeito à diversidade e reciprocidade nas equipes e clubes. Assim, atletas intersexuais, transgêneros e transgêneras, bissexuais, gays e lésbicas teriam espaço para se desenvolverem também afetiva e socialmente, sem medos ou receios para com técnicos/as, equipe e outros/as atletas. Eles poderiam desenvolver ações pontuais em seus clubes, visando, sobretudo, construir um local de acolhimento e respeito mútuos.

Integrante delegação tailandesa nos VIII Gay Games, Colônia-2010

No tocante às empresas, essas poderiam romper com tabus instituídos comercialmente sobre corpos e sexualidades divergentes das normativas e deveriam propor peças publicitárias, anúncios de televisão ou venda de materiais esportivos a partir de corpos andrógenos, feminilizados, masculinizados, mutilados, obesos, tatuados, protetizados, siliconados e "coloridos" (ou multiétnicos). Já houve várias iniciativas interessantes nesse sentido, ainda marginais e pouco abrangentes. Elas precisam apenas aumentar em número.

North American OutGames, Vancouver-2011

Uma importante ação prática é trabalhar contra o machismo num dos espaços de maior reprodução (e de desejo de consumo dele): as torcidas de futebol. Principalmente nas chamadas "torcidas organizadas" há um prevalente espaço reservado à expressão máxima do masculino, do macho torcedor, que se caracteriza como um espaço radical, de intolerância e não aceitação em relação ao diferente. Parte-se de um pressuposto que os torcedores partilham valores (somente intrínsecos a eles) e estão ali, homogeneamente aglomerados, para torcer. E isso é um equívoco.

Foto da torcida Coligay, do Grêmio, anos 1970-80. Créditos : Ricardo Chaves.

No que diz respeito à situação das mulheres no futebol, há ainda um longo percurso até o reconhecimento e a valorização de suas práticas futebolísticas. Primeiro, precisam deixar de ser invisíveis (para o público, para a televisão, para as empresas e para elas mesmas). Esse último aspecto implica na

segunda consideração: elas necessitam buscar outros modelos de performance atlética, pois atualmente o futebol "feminino" (coloco entre aspas porque não aprecio tal designação) deve buscar se desenvolver como prática autônoma, não como clone do futebol masculino. Isso o possibilitaria sair das sombras desse último e galgar uma real e distinta prática para a constituição de um "futebol praticado por mulheres".

Os sujeitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros/as), por sua vez, têm tarefas mais árduas para resolver e, na comparação com "mulheres" e "deficientes" (perdoem-me a generalização aqui necessária), ficam no último posto das agendas sociais. Há preconceitos históricos instituídos que não vão desaparecer tão rapidamente, principalmente sobre corpos que não encampam a sexualidade heteronormativa ou performatizam a masculinidade hegemônica. Algo que realmente poderia alavancar a presença LGBT nos esportes – ou, mais especificamente, no futebol – seria a visibilização (independente de rótulos) de um/uma grande atleta (ou atletas, por que não?) sobre sua(s) orientação(ões) sexual(is). Acerca deste aspecto, pensei dias atrás, por conta da onda de reportagens sobre a comemoração dos 20 anos da morte de Ayrton Senna: imagine-se se uma figura como ele se declara não heterossexual e, mesmo assim, continua em plena atividade, mantendo patrocínios e contratos. Também considerei, especulativamente, claro, se uma das propostas do Bom Senso Futebol Clube houvesse sido o apoio à "saída do armário" de alguns/mas jogadores/as e o incentivo à presença de cotas para LGBT no futebol nacional.

Mediante tais problemáticas e reconsiderações, talvez o que seja óbvio e naturalizado hoje, passe a ser questionado e reelaborado no futuro. E o que é escamoteado e considerado "errado", "pernicioso", "proibido", "vergonhoso" passe a ganhar status efetivo de possibilidade. Isso transformaria o futebol; isso transmutaria o esporte; isso nos daria outra Copa, em outras dimensões não tão excludentes ou tão exclusivas. Afinal, o futebol é (e deve ser) só uma prática esportiva e cultural como outra qualquer.

Referências Bibliográficas

DUNNING, Eric. 1992. "El Deporte como coto masculino". In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Deporte y Ocio en el Proceso de la Civilización*. México: Fondo de Cultura Económica. p. 323-342.

KNEIPP, Marina. 2010. "Goleiro assume homossexualidade e enfrenta preconceito no interior do RN". Disponível em: < http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2010/10/goleiro-assume-homossexualidade-e-enfrenta-preconceito-no-interior-do-rn.html >. Acesso em: 10 out.2010.

PISCITELLI, Adriana. 2002. "Re-criando a (categoria) mulher?". In: Algranti, Leila Mezan. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH/UNICAMP. v. 48, p. 7-42.

RICH, Adrienne. 1999. "La heterosexualidad obligatoria y la existencia lesbiana". In: M. Navarro; C. R. Stimpson (Eds.). *Sexualidad, género y roles sexuales*. México: Fondo de Cultura Económica. p. 159-211.

Wagner Xavier Camargo

Pós-doutorando em Antropologia
Universidade Federal de São Carlos
Bolsista FAPESP
Currículo Lattes

RESENHAS

ESSE OBSCURO OBJETO DA PESQUISA

CALAVIA SÁEZ, Oscar. Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em Antropología. Edição do autor: Santa Catarina, 2013. 224 p.

Daniel Gordillo Sánchez

Graduando em Antropologia
Universidad Federal de la Integración Latinoamericana
Bolsista da Fundação Araucária

Actualmente, producto del desarrollo de la tecnología como medio de comunicación y transmisión de información y de la constante metamorfosis epistémica de la disciplina, la producción científica está pautada por un vertiginoso crecimiento del conocimiento y una proliferación de las redes para su distribución y acceso, que sin embargo, no significa su uso público, dadas las dinámicas de mercado que regulan la producción y la distribución de dicho conocimiento. Como en todas las disciplinas científicas, la generación del conocimiento en las ciencias sociales inexorablemente también se inscribe dentro de esta dinámica, lo cual imposibilita acompañar debates, conocer nuevas perspectivas, y acceder gratuitamente a las publicaciones con, al menos, una relativa simultaneidad. Esto particularmente afecta a los investigadores, estudiantes y lectores relegados por la industria editorial impresa y digital y en general, a aquellas personas ajenas a los círculos epistemológicos de élite.

Sin lugar a dudas, este aspecto es uno de los más novedosos del libro de Oscar Calavia Sáez, profesor adjunto del departamento de antropología de la Universidad Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. La primera grata impresión que nos llevamos los lectores de *Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em Antropología,* es su carácter público y gratuito. Representa una postura política, poco ortodoxa dentro del ámbito académico, que aboga por la libre circulación del conocimiento, situada bajo licencias como Copyleft (sobre la cual está editada esta obra), o Creative Commons. El mismo autor crítica a la industria cultural como un prestador de servicios que beneficia al autor y no un productor de bienes culturales para los lectores, que en esencia, debería ser su función social. En este sentido, Calavia se propone ofrecer un material accesible y de inmediata disponibilidad. Tenemos la gran oportunidad de acceder sin costo alguno a una excelente producción antropológica completa, sin intermediarios en el proceso de adquisición (editoriales, bibliotecas, bases de datos bibliográficas, redes de revistas científicas, etc.), y al mismo tiempo, podemos aproximarnos de manera sincrónica a las reflexiones en torno a un tema en constante construcción y deconstrucción como lo es la actividad etnográfica, sus métodos, perspectivas y principios teóricos e investigativos.

Profundizando sobre el contenido del libro, Calavia es todavía más generoso. Nos habla desde su experiencia como estudiante, investigador y docente, develando los 'secretos' y re explorando las obviedades que hay detrás la investigación antropológica. En este sentido, dialoga con la superficie iluminada (aceptada o generalizada, consagrada en la grande teoría), y el interior oscuro (omitido o desconocido) del objeto de investigación, lo que permite evocar a Malinowski, dada su inmensa contribución teórica a la antropología y la posterior publicación de su diario. Así, el presente manual es fruto de la historia personal del autor, y nace bajo la confluencia de angustias y vacilaciones intencionalmente inadvertidas, o no publicadas, dentro de la producción teórica y la aproximación empírica a la realidad social.

En un intento por eludir la formalidad y la rigidez del mundo académico, escribe un texto que reúne dudas propias, de colegas, y de sus estudiantes a lo largo del proceso formativo, ocupándose, según sus palabras, de la sombra que los textos clásicos han dejado en el camino, "áreas de sombra porque ninguno de ellos llega a ocuparse de ellas, porque su superposición acaba por ocultarlas"[1] (p. 9). Calavia no utiliza ninguno de los estándares de referencia académica en la medida de que buscar constituir un manual práctico y no un texto convencional de pesquisa metodológica. En este sentido, se ratifica su convicción de compartir una obra que sea didáctica, solidaria, y confidente al proceso de creación de una tesis en el área de antropología, proceso que para muchos – si no para todos – se convierte en un auténtico viacrucis. El presente libro es definido por el autor como un manual informal, una "guía para un viajero" que emprende la aventura de la pesquisa con la premisa de sobrevivir a ella.

Aun así, es importante resaltar que más allá del carácter familiar y espontáneo del presente manual, nos encontramos con una producción altamente reflexiva, crítica y académica. Para desarrollar su análisis el autor hace una juiciosa revisión de autores clásicos y contemporáneos de la filosofía,

1 "Áreas de sombra porque nenhum deles chega a ocupar-se delas, ou porque sua superposição acaba por ocultá-las" (Traducción propia).

la sociología y la antropología, donde incluye además manuales de antropología y etnografía que complementan sus reflexiones. Sobre esto último, a partir del estudio de los manuales clásicos, Calavia sostiene que estos asumían una preocupación sobre el papel del investigador y la subjetividad en la investigación, pero no se analizaba la intimidad, la trayectoria vital o lo que había atrás del investigador: "trataban de lo que el investigador tenía delante de el: su campo, su objeto – mismo como ese objeto no fuese más tratado como un objeto sólido – sus interlocutores. Pero no mostraban mucho interés por todo lo que empujaba al investigador a ir al campo: las expectativas académicas, la epistemología, el proyecto, etc."2 (p. 13). En este sentido, el autor produce una herramienta para todos aquellos que desean realizar una tesis en antropología, socavando sobre la relación entre la teoría y el método con los objetos de investigación. Todo esto sobre el análisis de los debates históricos de la historia y la actualidad de la disciplina.

Podríamos dividir el libro en tres partes. En la parte I (capítulo '*Definições*') el autor sugiere algunas definiciones y discusiones claves que sirven de contexto a las temáticas desarrolladas en el libro. Se abordan aspectos relacionados con la identidad de la antropología, argumentando que esta disciplina – o indisciplina constructiva – está en constante crisis. Luego, a partir de una aproximación filosófica y epistemológica, trata el debate sobre la antropología como ciencia, para lo cual dialoga con los postulados de autores como Popper, Wittgenstein, Kuhn y John Law. Luego se reflexiona sobre la antropología como literatura, uno de los pilares de la crítica pos-moderna. Se aborda la relación de la antropología con la historia, la filosofía y la etnografía así como el binomio antropología-etnología. Después el análisis del autor se centra la definición de Teoría, Método y Técnicas, las cuales deben estar necesariamente juntas cuando se hace pesquisa; para Calavia "teoría, método y técnica remiten a aspectos de la investigación tan diferentes entre sí como serían el volumen, el movimiento y el color de un cuerpo. Separarlos es posible

2 "Tratavam do que o pesquisador tinha *diante dele*: o seu campo, o seu objeto – mesmo que esse objeto não fosse mais tratado como um objeto sólido – os seus interlocutores. Mas não mostravam muito interesse por todo o que empurrava o pesquisador a ir a campo: as expectativas acadêmicas, a epistemologia, o projeto, etc." Traducción propia.

solamente en una reflexión preliminar; articularlos es necesario durante la investigación; confundirlos nunca es recomendable"3 (p. 53). Finalmente se exploran las diversas formas de la teoría y sus aplicaciones dentro del horizonte antropológico.

En la parte II, que incluye los capítulos de '*Cenas na vida acadêmica'* y '*O projeto de tese'*, Calavia estudia en profundidad a la tesis, explorando sus alcances y propósitos, su papel dentro la vida universitaria, su metodología y lo más valioso, sus dificultades y desafíos, para los cuales describe las sensaciones y percepciones de los autores antes, durante y después de la realización de la tesis. Parte de los orígenes medievales de la tesis hasta llegar a su constitución actual, llamada a quebrar los dogmas establecidos y a aprovechar un campo inmenso de pesquisa; define a la tesis como una antítesis ya que debe referirse al estado anterior del arte para demostrar que hay algo para mejorar. De igual forma, el autor resalta que la tesis no es exactamente un libro o una obra de vida y dentro de las muchas confesiones que nos revela, casi siempre existentes más no declaradas/escritas por los autores, dice: "En general, cuando el autor de una tesis se dispone en la capacidad de escribirla está convencido en su capacidad de escribir cualquier cosa: tesis, libro, romance o poema épico. Esa confianza acostumbra a disminuir en la medida que el trajo avanza, y muchas veces el autor, en los últimos meses, siente la incapacidad de escribir siquiera una tesis"4 (p.87). Posteriormente pondera a las citaciones dentro la redacción de la tesis, las cuales cumple dos funciones fundamentales: reconstruir la cadena de informaciones para que el lector conozca la procedencia de los datos, y principalmente, reconocer la propiedad intelectual. Comprende la elaboración de un proyecto, su objeto de investigación (explica por qué otras corrientes hablan de 'problema de investigación') y la manera cómo deben expresarse los

3 "teoria, método e técnica remetem a aspectos da pesquisa tão diferentes entre si como o seriam o volume, o movimento e a cor de um corpo. Separá-los é possível somente numa reflexão preliminar;articula-los é necessário durante a pesquisa; confundi-los não é nunca recomendável" . Traducción propia.

4 "Em geral, quando o autor de uma tese se dispõe a escreve-la está convicto de sua capacidade de escrever qualquer coisa: tese, livro, romance ou poema épico. Essa confiança costuma diminuir à medida que o trabalho avança, e muitas vezes o autor, nos últimos meses, sente-se incapaz de escrever sequer uma tese" (Traducción propia).

objetivos de la investigación. Finalmente aborda la finalidad de la introducción, la justificación, el marco teórico, el cronograma y la bibliografía dentro de un proyecto, e incluso ofrece un orden coherente para dicha estructura.

En la parte III, que abarca los últimos dos capítulos del libro *'Etnografia: o campo'* y *'Etnografia na mesa'*, el autor se centra en la definición y el papel de la etnografía en el campo y la posterior organización e interpretación de los datos. Reflexiona sobre el campo como un agente para la consolidación del rol del antropólogo en la academia, y continúa con la importancia de transformar lo exótico en familiar, para lo cual ofrece algunas recomendaciones. Critica la célebre concepción del campo como laboratorio, indicando que: "El trabajo de campo es, por definición, la situación de estudio en que se renuncia a controlar las condiciones del estudio. Está marcado por los imponderables y por el contexto. En campo, el investigador debe evitar las costumbres del laboratorio."5 (p. 144). Finalmente, analiza las siempre complejas relaciones entre el investigador y sus interlocutores, destacando el papel de la entrevista y el diario de campo. Prosigue con la función de los datos en la aproximación etnográfica, la metodología y los instrumentos para su recolección y análisis, la calidad y cantidad de los mismos. Sobre este respecto, Calavia destaca insistentemente "Con la ayuda de los medios digitales podemos hacer proliferar una masa de datos intratables y al final inútiles"6 (p.175), lo que no significa renunciar a los medios mecánicos o digitales, pero si tener precauciones con los medios poderosos de registro dado que pueden distorsionar los objetivos, cronogramas y alcances de la investigación. Termina esta sección sobre los procesos de descripción, interpretación y sobre-interpretación de los datos, dando lugar al papel del relato y a los esquemas escritos para plasmar la etnografía.

5 "O trabalho de campo é, por definição, a situação de estudo em que se renuncia a controlar as condições do estudo. Ele é marcado pelos imponderáveis e pelo contexto. Em campo, o pesquisador debe evitar os costumes do laboratorio" (Traducción propia).

6 "Com a ajuda dos meios digitais podemos fazer proliferar uma massa de dados intratável e afinal inútil" (Traducción propia).

Tenemos una obra guía dentro del proceso de investigación antropológica. El manual que nos ofrece Calavia permite vislumbrar el itinerario presente en la travesía de la tesis, incluso dándonos pistas para lidiar con viajantes o destinos inesperados. Nos prepara para atravesar paisajes de tardes plácidas de cielo azul o noches agitadas y oscuras. Nos muestra la construcción de la tesis como una experiencia narrativa, investigativa y vital, fundamental en el proceso creativo de estudiantes de ciencias sociales, tanto de cursos de graduación como de pos graduación. En definitiva, un libro que merece estar en la bandeja de entrada de los correos electrónicos de los que estamos interesados en contemplar – y compartir – lecciones de vida de un gran investigador. Después de leer esta obra, los que estamos empezando, los que ya iniciaron, e incluso los que ya terminaron la tesis, podremos clarificar muchos aspectos en relación a este ritual de pasaje y además, habremos desmitificado muchos fantasmas que es importante reconocer, asustan en el día y en la noche, solo que en la oscuridad es más fácil para nosotros percibirlos, y desde ahí debemos ser conscientes de su existencia para – si logramos conseguirlo – tornarla inexistente.

Daniel Gordillo Sánchez

Graduando em Antropologia
Universidad Federal de la Integración Latinoamericana
Bolsista da Fundação Araucária

SAPOS E PRINCESAS

RESENHA: VENCATO, Anna Paula. 2013. Sapos e Princesas: prazer e segredo entre praticantes de crossdressing no Brasil. São Paulo: Annablume.

Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego

Mestrando em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Bolsista CAPES

Reprodução da capa do livro resenhado

A leitura da etnografia realizada entre *crossdressers* por Anna Paula Vencato promove ao leitor uma experiência significativa de transporte ao universo dos sujeitos que ela nos apresenta. São detalhes sobre homens que *se vestem* de mulheres, uma experiência *transitória* de posição no gênero diferente ao qual está habituado. Antes de *se montar* são sapos, com a *montagem* – maneira como chamam *estar vestida* de mulher –, são princesas.

Resultado de sua tese de doutoramento defendida em 2009, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, *Sapos e Princesas: prazer e segredo entre praticantes de crossdressing no Brasil,* editado pela Annablume, trata-se de um trabalho importante por situar de maneira não patologizante as experiências de *crossdressings* no nosso país. O livro se divide em cinco capítulos que situam o leitor de maneira detalhada entre os eventos organizados pelas *crossdressers*, e com isso, a análise de seus processos, a visibilidade de suas categorias *nativas* de explicação de suas práticas, e as nuanças entre noções de masculino e feminino, corpo e desvio.

Foram três anos de trabalho de campo, de 2007 a 2009 – iniciado de maneira mediada pela Internet no início de 2007 e efetivado face a face no final do mesmo ano –, que Vencato circula por histórias e vivências de *se vestir* do outro gênero entre homens de classe média e classe média alta do contexto São Paulo-Rio de Janeiro, principalmente. A autora se defronta com interlocutores multissituados, reunindo-se em ocasiões para compartilharem e se apoiarem no *se vestir* de mulher. Etnografia que se mostrou de difícil realização, pela dificuldade de acesso inicial.

A autora se defronta com uma série de negociações realizadas pelos sujeitos entre *estar montada* e suas outras instâncias de vida, como trabalho, relações familiares e amorosas etc. Definir essa experiência do *crossdressing* como simplesmente *se vestir* do outro gênero acaba por limitar o entendimento desse fenômeno, como bem nos explica a autora. Para o saber biomédico e psi, teríamos diante de nós uma experiência que representaria um *transtorno de identidade de gênero*. Afinal, desde que John Money (1981) surgiu com a naturalidade do gênero, e Stoller, em certa medida, institucionalizou tal

transtorno, parece difícil, a este saber, pensar em diferentes maneiras de vivenciar o gênero que não seja o aliado à norma geral em vigor. Parece inconcebível a tais entendimentos que um homem possa desejar se vestir de mulher e construir todo um conjunto de esquemas interpretativos que continuem ou não com sua masculinidade quando não estiver *montada*. Parece que a transição, na maioria das vezes transitória, que essa experiência enseja, materializaria uma transfiguração do homem e do masculino que se permite transitivar-se pelo feminino e pela mulher.

Anna Paula ultrapassa os limites de como os sujeitos pensam as noções de gênero nessa experiência de *crossdressing* e reflete sobre as sociabilidades em torno de negociações, noções de desvio, hierarquias, diferenças, interferências corporais, vestuário, relações intrafamiliares a partir do *crossdressing*; e, o que descreve com detalhes, a organização, ou o que Simmel (1950) chamaria, a associação de indivíduos com pensamentos em comum, mas diferentes, sendo esse autor muito influente no trabalho de Vencato, inclusive nas entrelinhas.

As *crossdressers* se organizam em grupos secretos para se ajudarem na experiência *se montar* ou *se vestir* de mulher. Nisso, cria-se contornos de lidar com o medo de sair às ruas vestidas de mulheres e a de se reconhecerem enquanto c*rossdressers*. Embora o *Brazilian Crossdresser Club* seja conhecido de certo modo, as identidades de seus membros são protegidas, uma vez que nem sempre têm revelado em casa sua prática. E, é através das relações estabelecidas por meio desse Clube que a autora irá realizar sua etnografia situada inicialmente no evento das *Olim...piadas*. Um evento grande que abarca socialidades entre *crossdressers e apoiadoras* (*Supportive Opposites*, *Genetic Girls*) em um hotel afastado do olhar transeunte, que protege e dá liberdade para sentirem o *vestir* e o transitar no gênero feminino.

Esta resenha não me permite maiores delongas. Dentre as muitas contribuições deste livro encontram-se as observações da autora, de base etnográfica, de que as *crossdressers* não constituem um grupo homogêneo, podendo haver vários *crossdressings* – o que é importante para não engessar identidades. Além disso, pontua que não se trata de uma experiência de

indivíduos transtornados ou doentes; e, a principal contribuição que visualizo é a de posicionar as falas desses sujeitos em esquemas de significado e de interpretação da própria vida de maneira legítima. São homens, "são quase mulheres", estão entre o *montar*-se e o *desmontar-se*. São *princesas* aptas a viverem suas feminilidades, seu prazer, e *sapos* em terem suas práticas em segredo.

Referências Bibliográficas:

MONEY, John. 1981. *Os papéis sexuais*. São Paulo: Brasiliense.

SIMMEL, Georg. 1950. *The Sociology of Georg Simmel*. Translated and Edited by Kurt. H. Wolff. Glencoe, Illinois: The Free Press.

Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego

Mestrando em Antropologia Social

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Bolsista CAPES

Currículo Lattes

OPINIÃO

O QUE FAZ UM ANIMAL DE ESTIMAÇÃO NA ANTROPOLOGIA?

Jean Segata

Professora de Antropologia

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Talvez essa pergunta – a do que faz um animal de estimação na antropologia – valha menos por suas possíveis respostas do que por algum exame dela em si. O *faz* da questão vem com dois sentidos aqui. Um deles é o do tom de "lugar ocupado", e responde por uma demanda crescente de trabalhos sobre as relações entre homens e animais. O que se tem chamado, por alto, de uma *Virada Animalista na Antropologia*, e que tem motivado diversos debates, especialmente na França e, recentemente, no Brasil. É claro que o tema conta com longa data na disciplina. O gado dos Nuer de Evans-Pritchard ou os animais e as plantas domesticadas de Georges Haudricourt são apenas alguns dos exemplos mais evidentes. Mas a questão emergente no debate antropológico diz respeito ao lugar que esses animais passaram a ocupar na maneira como temos descrito aquilo que entendemos como composição do social. Trata-se de algo que pode muito bem ser resumido na provocação que Latour (2008: 26) elabora, ao contestar que as coisas, os fenômenos, os animais e toda a sorte de entes que cabem na fórmula de não humano, "deben ser *actores* y no simplesmente los infelices portadores de una proyección simbólica". Mas que se considere nisso a ideia de que não há atores em si, aqui ou acolá, à espera de serem marcados na etnografia. O desafio lançado nessa perspectiva não é o de identificar quem ou o que é um ator, mas *quando é*. O foco está nas associações, nos efeitos, nas contingências ou naquilo que faz fazer na relação. Nesse caso, por alto, o animal provoca, aqui, uma redefinição da própria ideia de agência e, por conseguinte, de social.

Mas há também uma outra forma de se pensar aquele *faz*, e nesse caso, ele enquanto produção. A isso eu me refiro aos efeitos que a dita virada animalista têm produzido na própria teoria antropológica. Em monografias recentes, inspiradas em tendências formadas por Tim Ingold, Philippe Descola ou Eduardo Viveiros de Castro, nota-se a presença protagonista ou simétrica de animais e humanos enquanto agentes de relação. Mas a questão é que entre esses animais e aqueles pelos quais eu me interessei, os de estimação, há uma distância marcada, que faz aparecer, em igual proporção, a própria distância entre algumas formas de se praticar antropologia e os seus diferentes campos de estudo.

Claro é que há diferenças teórico-metodológicas ou de contextos etnográficos entre os autores que mencionei, mas num todo, eles são referências naquilo que no Brasil se convencionou tratar como etnologia. Claro também é que a ideia de animal de estimação faça parte desses contextos e que as formas de identificação e relação com as quais a antropologia os têm descrito naqueles contextos e nos contextos urbanos são particulares. A distância a que me refiro é aquela marcada na já tão tormentosa distinção "nós"/"eles", que em alguma medida foi condição constituidora da antropologia e que mais do que uma problemática disciplinar, passou a ser um enfrentamento moral no debate contemporâneo.

Para esclarecer, o meu trabalho com animais de estimação se deu, primordialmente, por meio de uma etnografia realizada em *pet shops* e clínicas veterinárias na cidade de Rio do Sul, no interior do Estado de Santa Catarina (Segata, 2012b). Ali, eu me investi em um trabalho sobre o desenvolvimento de diagnósticos e tratamentos médico-veterinários cada vez mais sofisticados, sustentados pelo uso de equipamentos da chamada "alta tecnologia médica", equiparados em valor, funcionalidade e eficiência, àqueles de uso entre humanos. A minha linha de defesa era a de que essas tecnologias facilitavam a relação entre os humanos e os seus animais de estimação, no que eu chamei de produção de semelhança.

Como resultado desse trabalho, eu passei a apresentar e publicar trabalhos onde o destaque eram cães com colesterol e hipertensão, outros que eram utilizadores de aparelhos ortodônticos, com a função de tornar as suas mordidas as mais naturais o possível conforme as características programadas em suas raças. E não escaparam também os cães constipados, frutos infelizes de dietas cada vez menos nutritivas da nossa geração "fast food". Nesse caminho ainda, apareceram os gatos com problemas renais, e os seus sofríveis procedimentos para a retirada de cálculos de suas bexigas e uretas. Não faltou a gravidez psicológica de cadelas e, acima de tudo, o que veio a ser o objeto de minha maior atenção: os cães diagnosticados com depressão e que passaram a ter a sua "qualidade de vida" mantida pelo uso de psicotrópicos à base de fluoxetina (Segata, 2011; 2012a; 2013c).

As reações a esses casos foram muito diversas, quando apresentadas em alguns encontros de nossa disciplina. Primeiro, porque, por bem ou mal, em geral aconteceram em espaços que por si davam algum enquadramento prévio ao trabalho, em Grupos de Trabalho - GT sobre medicalização, ciência e tecnologia, sobre subjetividade e violência, e só mais recentemente no campo das relações entre humanos e animais propriamente dito. Ali, entre os muitos modos como isso já foi debatido, eu sempre considerei interessante o quanto a ideia de absurdo, de curiosidade e exotismo permeava as falas dos debatedores e de muitos que intervinham. E não faltaram os risos - aqueles que como bem escreveu Nietzsche, ajudam-nos a manter a distância de certos temas. Acontece que aqui eu os vejo como centrais, pois afinal de contas, levou muito tempo para que a antropologia deixasse de fazer aquilo que Roy Wagner já chamou de antropologia de museu de cera, nessa dificuldade digerir sua fetichização do extraordinário. Para ser mais direto, o que eu quero dizer é que a afirmação da humanidade de um jaguar que bebe cauim, de um macaco que avisa sobre a caça, de um pecari que guerreia pelo ponto de vista ou até mesmo de uma pedra viva é muito interessante para a antropologia, não porque nos dê algum indicativo do que são precisamente esses entes, mas porque nos ajudam a entender o mundo dos humanos que se arranjam com isso - e isso, sabemos, tem aparecido com frequência como argumento que sustenta uma outra virada, a ontológica (Viveiros de Castro, 2002). Mas, os risos que são produzidos por animais cardíacos ou depressivos revelam um pouco da antropologia dupla-face que ainda praticamos.

Em um contexto etnológico, o enunciado de que uma sucuri é gente é muito sério e exige do antropólogo a expertise do diálogo metafísico entre as concepções de humanidade dele e aquelas do nativo. Já no meio em que eu tenho trabalhado, uma boa parte de nós, aparentemente, *sabe* que um "bebezinho da mamãe" é, na verdade, apenas um cachorro, e que "bebezinho" e "mamãe" são fórmulas condensadoras de uma maneira já inculcada entre nós para se falar de afeto, carinho ou cuidado. Os "outros" podem ser animistas, perspectivistas ou totemistas. Nós, os solidários "estendedores" de nosso bem maior, a humanidade. E que fique claro que eu não estou reinvindicando um

lugar particular para os animais de estimação ou ainda uma categoria que nos explique, para além da malgrada etiqueta de ontologia naturalista. Torcendo para cá uma inspiração que vem de Joanna Overing (1985), minha questão é: por que o nosso modo de entendimento sobre a humanidade dos animais do "eles" é literal e a do "nós" é metafórica?

Talvez tenhamos aqui um bom indicativo de que entre as muitas invenções dos modernos encontra-se a antropologia e a sua ideia de humanidade. Sim, porque no primeiro caso, como já bem situou Latour (2009), "moderno é aquele que acredita que os outros acreditam", e no segundo caso, assim como o individualismo criticado por Dumont (2003), a ideia de humanidade também carece de um *recall*, que a relativize no interior de uma ideologia particular de um lugar e de um momento da história, sob a pena de continuarmos a fazer com que ela repercuta negativamente no próprio conhecimento antropológico. Ou seja, o que eu quero dizer é que eu não trabalhei com animais de estimação humanizados - eu trabalhei com Belinha, com Pink, com George e outros seres singulares que não eram animais, nem cães, e nem uma raça, mas uma contingência, o efeito de uma relação entre entidades instavelmente identificadas como humanas e animais. Contudo, em alguma medida, ainda faltam-me alternativas para pensá-los fora de uma humanidade genérica e metafórica que englobasse todas as suas particularidades e fizesse desaparecer suas animalidades e singularidades.

Enfim, para mim, um animal de estimação na antropologia não faz apenas as vezes de um objeto de novas pesquisas. Ele faz aparecer a contingência que produz tanto nossas animalidades quanto nossas humanidades, numa maquinaria de negação e diferença. Mais que isso, talvez ele force a visibilidade de um conjunto de valores que ainda levam nossa disciplina a operar a partir de uma matriz assimétrica que divide o nós do eles na ainda persistente modernidade da própria antropologia.

Referências

DUMONT, Louis. 1993. “Do Indivíduo Fora do Mundo ao Indivíduo no Mundo”. In: _____. *O Individualismo*: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, p. 33-68.

LATOUR, Bruno. 2008. *Reensamblar lo Social*: una introducción a la teoria del actor-red. Buenos Aires, Manantial.

_____. 2009. *Sur le Culte Moderne des Dieux Faitiches*. Paris: La Découverte.

OVERING, Joanna. 1985. “Today I shall call him, ‘Mummy’: multiple worlds and classificatory confusion”. In: _____. (ed.). *Reason and Morality*. ASA Monograph 24. London: Tavistock Publications, p. 152-179.

SEGATA, Jean. 2011. Tristes Amis: la médicalisation chez les chiens de compagnie avec dépression dans le sud du Brésil. *I Congrés d´Association Française d´ethnologie et d´anthropologie - AFEA*. Paris: EHESS, p. 56-62.

_____. 2012a. “Tristes (Psycho)Tropiques: le monde des chiens dépressifs au sud du Brésil”. In: Frédérick Keck; Noëlie Vialle (eds.). *Des Hommes Malades des Animaux*. 8ed.Paris: L´Herne, p. 151-158.

_____. 2012b. *Nós e os Outros Humanos, os Animais de Estimação*. [Tese de Doutorado]. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

_____. 2012c. "Os Cães com Depressão e os seus Humanos de Estimação". *Anuário Antropológico*, 2: 177-204.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. “O Nativo Relativo”. *Mana*, 8(1): 113-148.

Jean Segata

Professora de Antropologia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Currículo Lattes